

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siuffi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 245/2024-PGJ, DE 19.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 1º a 5.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 267/2024-PGJ, DE 22.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 1º.2.2024, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor André Seiji Nishimura Yoshimoto, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 268/2024-PGJ, DE 22.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear Jeovana Lima Gavilan para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na 43ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, decorrente da exoneração de André Seiji Nishimura Yoshimoto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0010/2024/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Bianka Machado Arruda Mendes, que oficia perante a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2024.00000134-5, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 23 de janeiro de 2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 353/2024-PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Estefani Almeida de Oliveira, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça de Camapuã, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Bandeirantes, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, de 29.1 a 2.2.2024, em razão de afastamento do servidor Willian Natan Vanderlei Passarini, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 354/2024-PGJ, DE 29.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Fernando da Silva Dellamura, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Paranaíba, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça em 19.1, 2 e 9.2.2024, em razão de afastamento da servidora Priscilla Rodrigues de Paula Santos, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-106/2024/PGJ, DE 31.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Camila Teixeira Silva, ocupante do cargo de Chefe de Núcleo, símbolo MPDS107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 2 (dois) dias de licença casamento, no período de 14 a 15.9.2023, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-107/2024/PGJ, DE 31.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 29/01/2024, as férias do(a) servidor(a) Reginaldo de Oliveira Vilanova, concedidas por meio da Portaria nº e-911/2023-PGJ, de 2.8.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 10 a 12.7.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-108/2024/PGJ, DE 31.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Gilvana de Abreu Deotti, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 1º a 10.2.2024 e de 1º a 10.8.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 19 a 28.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**AVISO N° 1/2024/CPJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA E PRESIDENTE DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, **AVISA** aos interessados que a data da reunião extraordinária deste colegiado que seria realizada no dia 1º de fevereiro de 2024 (quinta-feira) foi **alterada** para o dia **8 de fevereiro de 2024 (quinta-feira), às 14h**, permanecendo a pauta já publicada no Diário Oficial do Ministério Público (DOMPMS) nº 3.053, de 26 de janeiro de 2024.

Campo Grande, 31 de janeiro de 2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO N° 005/2024/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00003113-0 - 1ª Promotoria de Justiça Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Monte Verde Agro-Energética S/A - Assunto: Apurar os impactos ambientais decorrentes da atividade sucroalcooleira, em suas várias fases que vão desde o plantio até a produção, bem como compelir referida empresa a empreender as medidas necessárias para solucionar as irregularidades e omissões apontadas nos Relatórios técnicos nº 37/Cortec/2006 e 008/Cortec/2007. **2) Inquérito Civil nº 06.2021.00001090-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requeridos: Antônio Braulio Fernandes e Wagner Marcelo Monteiro Borges - Assunto: Apurar a suposta ocorrência de desmatamento ilegal da vegetação nativa em 23,51 hectares, na Fazenda Florão, situada em Rio Verde de Mato Grosso/MS, de responsabilidade de Wagner Marcelo Monteiro Borges e de Antônio B. Fernandes, vide Programa DNA Ambiental. **3) Inquérito Civil nº 06.2021.00001339-5** - 3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público



do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: A apurar - Assunto: Verificar os atos administrativos referentes ao Pregão Presencial 36/2019. **4) Inquérito Civil nº 06.2021.00001390-7** - 3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível violação à lei 8666/93 decorrente dos atos administrativos realizados para a reforma da escola Porfiria Lopes do Nascimento, no São Bento. **5) Inquérito Civil nº 06.2022.00000087-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Camapuã - Assunto: Apurar eventual ocorrência de desvio de finalidade de obra pública custeada com recursos federais, por parte do Município de Camapuã, conforme denúncia encaminhada pela Ouvidoria do Ministério Público de Mato Grosso do Sul. **6) Inquérito Civil nº 06.2022.00000225-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a notícia do desvio de recursos públicos por ocasião da execução do Termo de Fomento n 01/2017, firmando pelo Município de Naviraí com o Clube Esportivo Naviraiense em 19/04/2017. **7) Inquérito Civil nº 06.2022.00001215-6** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Kamé Adania - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Kamé Adania visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **8) Inquérito Civil nº 06.2022.00001224-5** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Nagen Jorge Saad - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Nagen Jorge Saad visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **9) Inquérito Civil nº 06.2022.00001239-0** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Professora Adair de Oliveira - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professora Adair de Oliveira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **10) Inquérito Civil nº 06.2022.00001258-9** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Professora Leire Pimentel de Carvalho Correa - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professora Leire Pimentel de Carvalho Correa visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **11) Inquérito Civil nº 06.2022.00001278-9** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Irma Edith Coelho Netto - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Irmã Edith Coelho Netto visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **12) Inquérito Civil nº 06.2022.00001279-0** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Professor João Candido de Souza - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professor João Candido de Souza visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **13) Inquérito Civil nº 06.2022.00001283-4** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Professor Luiz Cavallon - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professor Luiz Cavallon visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **14) Inquérito Civil nº 06.2022.00001285-6** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal João Nepomuceno - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal João Nepomuceno visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **15) Inquérito Civil nº 06.2022.00001284-5** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Professor Nagib Raslan - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professor Nagib Raslan visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **16) Inquérito Civil nº 06.2022.00001289-0** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato



Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal José Dorileo de Pina - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal José Dorileo de Pina visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **17) Inquérito Civil nº 06.2022.00001290-1** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Professor Wilson Taveira Rosalino - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professor Wilson Taveira Rosalino visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **18) Inquérito Civil nº 06.2022.00001294-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Osvaldo Zamuner Neto - Assunto: Apurar a supressão ilegal de vegetação do Bioma Mata Atlântica ocorrida na Fazenda Santo Antônio, conforme constatado no Auto de Infração 9097739/E/IBAMA, Auto de Infração 371236/D/IBAMA, bem como nos Pareceres 227/2016/Nugeo e 237/2016/Nugeo. **19) Inquérito Civil nº 06.2022.00001338-8** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Alba Lúcia Spengler dos Santos Pereira - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Alba Lucia Spengler dos Santos Pereira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **20) Inquérito Civil nº 06.2022.00001342-2** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Bem Te Vi - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Bem Te Vi visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **21) Inquérito Civil nº 06.2022.00001344-4** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Campo Verde - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Campo Verde visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **22) Inquérito Civil nº 06.2022.00001350-0** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Dom Antonio Barbosa - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Dom Antonio Barbosa visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **23) Inquérito Civil nº 06.2022.00001351-1** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Eleodes Estevan - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Eleodes Estevan visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **24) Inquérito Civil nº 06.2022.00001353-3** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Fátima de Jesus Diniz Silveira - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Fátima de Jesus Diniz Silveira (Antiga EMEI Vila Nasser) visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **25) Inquérito Civil nº 06.2022.00001355-5** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Felipe Sáfydi Alves Nogueira - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Felipe Sáfydi Alves Nogueira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **26) Inquérito Civil nº 06.2022.00001357-7** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Professor Antonio Lopes Lins - EXTENSÃO V - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Prof. Antonio Lopes Lins- Extensão V visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **27) Inquérito Civil nº 06.2022.00001358-8** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Georgina Ramires da Silva - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Georgina Ramires da Silva visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **28) Inquérito Civil nº 06.2022.00001362-2** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Prof. Vanderlei Rosa de Oliveira -



EXTENSÃO I - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Prof. Vanderlei Rosa de Oliveira - Extensão I visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **29) Inquérito Civil nº 06.2022.00001360-0** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Iber Gomes de Sá - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Iber Gomes de Sá visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **30) Inquérito Civil nº 06.2022.00001361-1** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Indubrasil - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Indubrasil visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **31) Inquérito Civil nº 06.2022.00001364-4** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Ipiranga - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Ipiranga visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **32) Inquérito Civil nº 06.2022.00001365-5** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Prof. Wilson Taveira Rosalino - EXTENSÃO III - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Prof. Wilson Taveira Rosalino - Extensão III visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **33) Inquérito Civil nº 06.2022.00001366-6** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Irmão Judith Bandera - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Irmã Judith Bandera visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **34) Inquérito Civil nº 06.2022.00001367-7** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Ivone Calarge Zahran - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Ivone Calarge Zahran visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **35) Inquérito Civil nº 06.2022.00001368-8** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Jardim Carioca - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Jardim Carioca visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **36) Inquérito Civil nº 06.2022.00001369-9** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Jasmim Ibrahim Bacha - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Jasmim Ibrahim Bacha visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **37) Inquérito Civil nº 06.2022.00001371-1** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Profª Maria Tereza Rodrigues - EXTENSÃO VIII - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Profª Maria Tereza Rodrigues - Extensão VIII visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **38) Inquérito Civil nº 06.2022.00001372-2** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI José Carlos de Lima - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI José Carlos de Lima visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **39) Inquérito Civil nº 06.2022.00001374-4** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI José Ramão Cantero - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI José Ramão Cantero visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **40) Inquérito Civil nº 06.2022.00001375-5** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Juracy Galvão Oliveira - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de



Educação, no presente caso da EMEI Juracy Galvão Oliveira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **41) Inquérito Civil nº 06.2022.00001376-6** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Lafayete Câmara de Oliveira - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Lafayete Câmara de oliveira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **42) Inquérito Civil nº 06.2022.00001377-7** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Lageado - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Lageado visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **43) Inquérito Civil nº 06.2022.00001379-9** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Prof. Alberto Guilherme Batistoti (antiga EMEI Anhandui) - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Prof. Alberto Guilherme Batidtoti (antiga EMEI Anhandui) visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **44) Inquérito Civil nº 06.2022.00001378-8** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Emei Lar de Sheila - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Lar de Sheila visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **45) Inquérito Civil nº 06.2022.00001380-0** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Laura de Vicuña - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Laura de Vicuña visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **46) Inquérito Civil nº 06.2022.00001381-1** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Zarife Martins França (Vespasiano Martins) - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Zarife Martins França (Vespasiano Martins) visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **47) Inquérito Civil nº 06.2022.00001382-2** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Luiz Carlos Sobral Pettengill - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Luiz Carlos Sobral Pettengill visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **48) Inquérito Civil nº 06.2022.00001383-3** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Zacarias Vieira de Andrade - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Zacarias Vieira de Andrade visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **49) Inquérito Civil nº 06.2022.00001384-4** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Marco Antonio Santullo - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Marco Antônio Santullo visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **50) Inquérito Civil nº 06.2022.00001385-5** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Vó Fina - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Vó Fina visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **51) Inquérito Civil nº 06.2022.00001386-6** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Marcos Roberto - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Marcos Roberto visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **52) Inquérito Civil nº 06.2022.00001387-7** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Maria Carlota Tibau de Vasconcelos - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Maria Carlota Tibau de Vasconcelos visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de



ensino. **53) Inquérito Civil nº 06.2022.00001388-8** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Maria Cristina Ocáriz de Barros - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Maria Cristina Ocáriz de Barros visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **54) Inquérito Civil nº 06.2022.00001389-9** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Maria de Lourdes Vieira Castoldi - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Maria de Lourdes Vieira Castoldi visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **55) Inquérito Civil nº 06.2022.00001390-0** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Maria Dulce Prata Cançado - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Maria Dulce Prata Cançado visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **56) Inquérito Civil nº 06.2022.00001391-1** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Maria Edwiges de Albuquerque Borges - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Maria Edwiges de Albuquerque Borges visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **57) Inquérito Civil nº 06.2022.00001392-2** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Maria Oliveira Lima - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Maria Oliveira Lima visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **58) Inquérito Civil nº 06.2022.00001393-3** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Marta Guarani - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Marta Guarani visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **59) Inquérito Civil nº 06.2022.00001394-4** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Vera Alba Congro Bastos - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Vera Alba Congro Bastos visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **60) Inquérito Civil nº 06.2022.00001395-5** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Menino Jesus de Praga - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Menino Jesus de Praga visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **61) Inquérito Civil nº 06.2022.00001396-6** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Michel Scaff - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Michel Scaff visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **62) Inquérito Civil nº 06.2022.00001397-7** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Neida Gordin Freire - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Neida Gordin Freire visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **63) Inquérito Civil nº 06.2022.00001398-8** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Nilda de Almeida Coelho - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Nilda de Almeida Coelho visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **64) Inquérito Civil nº 06.2022.00001399-9** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Nossa Senhora Auxiliadora - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Nossa Senhora Auxiliadora visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **65) Inquérito Civil nº 06.2022.00001400-0** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do



Sul - Requerida: EMEI Nossa Senhora de Fátima - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Nossa Senhora de Fátima visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **66) Inquérito Civil nº 06.2022.00001401-0** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Novos Estados - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Novos Estados visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **67) Inquérito Civil nº 06.2022.00001402-1** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI O Bom Pastor - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI O Bom Pastor visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **68) Inquérito Civil nº 06.2023.00000337-2** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Figueirão - Assunto: Acompanhar a viabilização de profissionais habilitados (psicólogo/assistente social), por parte do Município de Figueirão, para retomada dos atendimentos às famílias acolhedoras. **69) Inquérito Civil nº 06.2023.00000795-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requeridos: Mônica de Lourdes Patricio, Sandra Patricio Farias e Vitor Jorge da Silva Patricio - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,90 hectares de vegetação nativa, integrante do bioma Mata Atlântica, na Fazenda Ouro Fino, em Amambai/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 249/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 09/2ºGPMA/2ºPEL/5ªCIA/ BPMA/2023.

Campo Grande, 31 de janeiro de 2024.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO
Procuradora de Justiça
Secretária do Conselho Superior do MP

AVISO Nº 006/2024/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência do **recurso** na seguintes **Notícia de Fato**:

1) Notícia de Fato nº 01.2023.00006660-2 -SIGILOSO

30ª Promotoria de Justiça Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande
Recorrente: L.H.C.P.P

Campo Grande, 31 de janeiro de 2024.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO
Procuradora de Justiça
Secretária do Conselho Superior do MP



DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 1ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL INICIADA EM 15 DE JANEIRO DE 2024.

2. Ordem do dia:

2.1. Comunicação de Acordo de Não Persecução Cível firmado em Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, celebrados na fase extrajudicial, submetidos à aprovação do Conselho Superior do MP, conforme artigo 6º, § 5º da Resolução nº 3/2021-CPJ, de 31.5.2021:

1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000600-6 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Advogados: Acrísio Venancio da Cunha Filho – OAB/MS nº 14.497, João Vitor Comiran – OAB/MS nº 26.154, Tiago Alves da Silva – OAB/MS nº 12.482, Luiz Carlos Ormay Júnior – OAB/MS nº 19.029, Werther Sibut de Araujo – OAB/MS nº 20.868.

Relator: Conselheiro Antonio Siufi Neto

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, aprovou o Acordo de Não Persecução Cível e determinou a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para que se viabilize a homologação judicial, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

2. Inquérito Civil nº 06.2023.00001306-0- SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Campo Grande

Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, aprovou o Acordo de Não Persecução Cível e determinou a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para que viabilize a homologação judicial, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

2.2.1. RELATORA-CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:

1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000951-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Varsides Buch

Assunto: Apurar eventual prática de dano ambiental na propriedade denominada “Fazenda Varceu”, localizada na área rural de Japorã, ante a constatação de possível degradação da área de preservação permanente, conforme relatório circunstanciado 2º GPMA/2019, datado de 19/05/2019

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE MUNDO NOVO - APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE DANO AMBIENTAL NA PROPRIEDADE DENOMINADA “FAZENDA VARCEU”, SITUADA EM JAPORÃ, ANTE A CONSTATAÇÃO DE POSSÍVEL DEGRADAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - REALIZAÇÃO DE VISTORIA IN LOCO PELA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL - AUSÊNCIA DE DANOS AMBIENTAIS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não restou comprovada a existência de danos ambientais na propriedade investigada, eis que a Polícia Militar Ambiental constatou que as áreas de preservação permanente se encontram em condições satisfatórias, não havendo a necessidade de cercamento, conforme Relatório de Vistoria nº 010/3ºGPMA/2023. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000855-4

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Itapema Iate Clube e Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar a observância das leis urbanísticas e ambientais pelo empreendimento Condomínio Itapema, no município de Ponta Porã.

Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias – OAB/MS nº 11.558.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE PONTA PORÃ – APURAR A OBSERVÂNCIA DAS LEIS



URBANÍSTICAS E AMBIENTAIS PELO EMPREENDIMENTO CONDOMÍNIO ITAPEMA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – EXECUÇÃO DE UM PLANO DE AÇÃO PARA ADEQUAÇÃO DAS ÁREAS URBANAS IDENTIFICADAS COMO IRREGULARES – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o Município de Ponta Porã, contendo obrigações certas, líquidas e exigíveis, para a execução de um Plano de Ação visando a adequação das áreas urbanas identificadas como irregulares, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004932-1, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001121-9

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Brilhante

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública e causam prejuízo ao erário, consistente em fraude à licitação, com direcionamento de editais e conluio entre licitantes para burlar o caráter competitivo do certame.

Advogado: Sérgio Botto de Lacerda – OAB/MS nº 5.452.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE RIO BRILHANTE - APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE ATENTA CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CAUSAM PREJUÍZO AO ERÁRIO, CONSISTENTE EM FRAUDE À LICITAÇÃO, DIRECIONAMENTO E CONLUÍO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CARACTERIZEM A PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – FATOS QUE TERIAM OCORRIDO ENTRE 2013 E 2016 – PRESCRIÇÃO QUINQUENAL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto não há elementos no presente procedimento que demonstrem a prática de atos de improbidade administrativa nos procedimentos licitatórios ora investigados. 2. Por outro lado, considerando que os fatos apurados teriam ocorrido entre os anos de 2013 e 2016, seria inviável o eventual ajuizamento de ação civil pública, em virtude da prescrição quinquenal prevista no art. 23, II, da Lei n. 8.429/92, anterior às alterações promovidas pela Lei 14.230/21. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003259-5

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual deficiência nos serviços de controle e fiscalização desempenhados pela Vigilância Sanitária do Município de Rio Brilhante/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE RIO BRILHANTE - APURAR EVENTUAL DEFICIÊNCIA NOS SERVIÇOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DESEMPENHADOS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE RIO BRILHANTE – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CARACTERIZEM ATO ÍMPROBO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto não há elementos que demonstrem a prática de atos de improbidade administrativa no tocante à eventual deficiência nos serviços de controle e fiscalização desempenhados pela Vigilância Sanitária do Município de Rio Brilhante. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

5. Inquérito Civil nº 06.2019.00000850-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis



Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Câmara Municipal de Vereadores de Deodápolis e Clóvis de Souza Lima

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa, descrito no art. 10, VIII, da Lei de Improbidade Administrativa, consistente na irregularidade da contratação de Clóvis de Souza Lima pela Câmara Municipal de Deodápolis/MS, para prestação de serviços de elaboração de processos licitatórios nos anos de 2013 a 2018.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DEODÁPOLIS - APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CARACTERIZEM A PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se não há fundamentos para a continuidade das diligências ou ajuizamento de ação judicial cabível, porquanto não foram constatados elementos nos autos que demonstrem a prática de atos de improbidade administrativa na celebração do contrato entre a Câmara Municipal de Deodápolis e o contratado Clóvis de Souza Lima. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

6. Inquérito Civil nº 06.2020.00000979-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rubens da Silva Ferreira

Assunto: Apurar eventual supressão vegetal de 4,88 hectares, ocorrida entre 23/09/14 e 13/01/15, no imóvel rural denominado Chácara Gavião, de propriedade de Rubens da Silva Ferreira, conforme o Parecer nº 245/17/Nugeo, da Operação Cervo-do-Pantanal (2013-2015).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMAPUÃ - APURAR EVENTUAL SUPRESSÃO VEGETAL DE 4,88 HECTARES NO IMÓVEL DENOMINADO “CHÁCARA GAVIÃO” - OPERAÇÃO CERVO-DO-PANTANAL (2013-2015) – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Além disso, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010732-1, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000812-6

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jair da Silva Almeida

Assunto: Apurar provável recebimento indevido de R\$ 55.500,00 na conta bancária de Jair da Silva Almeida, servidor da Secretaria de Estado de Governo, provenientes de empresa investigada.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR PROVÁVEL RECEBIMENTO INDEVIDO DE R\$ 55.500,00 NA CONTA BANCÁRIA DE SERVIDOR DA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO, PROVENIENTES DE EMPRESA INVESTIGADA - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CARACTERIZEM A PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que não foram constatadas irregularidades que caracterizem a prática de improbidade administrativa pelos agentes envolvidos, haja vista que, passados mais de 07 (sete) anos e meio da ocorrência da transferência bancária, não surgiu qualquer elemento que ensejasse a continuidade das investigações ou o ajuizamento de ação judicial cabível. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

**8. Inquérito Civil nº 06.2021.00000892-6**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Paulo Roberto Aivi Casanova

Assunto: Apurar supressão de 0,26 hectares em área de Preservação Permanente na Fazenda Jequitibá e supressão de 0,62 hectares em área de Reserva Legal e 0,17 hectares em área consolidada na Chácara Nossa Senhora Aparecida conforme Relatório de Fiscalização nº 027/4ªCIA/BPMA/2021 e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 047/4ªCIA/BPMA/2021.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – COMARCA DE BONITO – APURAR O DESMATAMENTO DE 0,26 HECTARES EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NA “FAZENDA JEQUITIBÁ” E SUPRESSÃO DE 0,62 HECTARES EM ÁREA DE RESERVA LEGAL E 0,17 HECTARES EM ÁREA CONSOLIDADA NA “CHÁCARA NOSSA SENHORA APARECIDA” – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010265-9, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001330-0

10ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Victor Jorge Guerreiro, S.M Ortopedia Dourados

Assunto: Apurar a suposta inobservância das normas de regulação de leitos por parte de profissional médico que atende no Hospital da Vida, bem como de conduta irregular do mesmo profissional no uso de formulário de declaração de óbito em descumprimento às diretrizes que regem o assunto.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOURADOS - APURAR A SUPOSTA CONDUTA IRREGULAR E A INOBSERVÂNCIA DAS NORMAS DE REGULAÇÃO DE LEITOS POR PARTE DE PROFISSIONAL MÉDICO QUE ATENDE NO HOSPITAL DA VIDA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta visando a reparação de eventuais danos sociais decorrentes da conduta irregular do profissional médico atuante no Hospital da Vida. 2. Além disso, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010133-8, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001331-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Nair Campos Rodrigues Ramires

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente de venda de fração ideal do Sítio São João.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE TRÊS LAGOAS APURAR POSSÍVEL DANO AMBIENTAL DECORRENTE DE VENDA DE FRAÇÃO IDEAL DO SÍTIO SÃO JOÃO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - REALIZAÇÃO DE VISTORIA *IN LOCO* PELA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL - AUSÊNCIA DE DANO AMBIENTAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com a requerida, por meio do qual esta firmou o compromisso de não mais negociar as áreas objeto de doação, por se tratar de condomínio clandestino. 2. Por outro lado, em vistoria *in loco* realizada pela Polícia Militar Ambiental, constatou-se a ausência de placas anunciando a venda de lotes na propriedade. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

**11. Inquérito Civil nº 06.2023.00000162-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Elizandra Thais Frezarin Rosa Matsumoto e Marcos Vinicius Frezarin Rosa

Assunto: Apurar o desmatamento de 1,88 hectares em área declarada como Reserva Legal, na Fazenda Prata, em Costa Rica/MS, realizado sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 35/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – COMARCA DE COSTA RICA – APURAR O DESMATAMENTO DE 1,88 HECTARES EM ÁREA DE RESERVA LEGAL, NA “FAZENDA PRATA”, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011183-6, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

12. Inquérito Civil nº 06.2023.00000644-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gustavo Floresani Jorge

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente de provocar queima ao ar livre de vegetação rasteira (capim) e de galhadas de árvores sob rede de energia no Projeto Paraíso, lote nº 20, no município de Três Lagoas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – COMARCA DE TRÊS LAGOAS - APURAR POSSÍVEL DANO AMBIENTAL DECORRENTE DE PROVOCAR QUEIMA AO AR LIVRE DE VEGETAÇÃO RASTEIRA E GALHADA DE ÁRVORES SOB REDE DE ENERGIA NO PROJETO PARAÍSO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Além disso, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010781-0, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTÔNIO SIUFI NETO:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000851-0**

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: C.T.U - Conveniência e Tabacaria Universitária

Assunto: Apurar a regularidade urbanística e ambiental do empreendimento denominado C.T.U - Conveniência e Tabacaria Universitária, em Dourados/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 11ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DOURADOS (MS) - MEIO AMBIENTE – POLUIÇÃO SONORA – ESTABELECIMENTO COMERCIAL – REQUERIMENTO/RECLAMAÇÃO DOS MORADORES VIZINHOS – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – ESTABELECIMENTO FECHADO – AUSÊNCIA DE DENÚNCIA POSTERIOR – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Trata-se de Inquérito Civil inicialmente instaurado para apurar a regularidade urbanística e ambiental do empreendimento denominado C.T.U - Conveniência e Tabacaria Universitária, em Dourados MS. Contudo, no curso da investigação, houve encerramento da empresa objeto do Inquérito Civil, com consequente alteração das atividades exercida no local em mais de uma ocasião. Nesse ínterim, diante das notícias do funcionamento de novos empreendimentos no mesmo local alvo da reclamação inicial, o curso da investigação se direcionou a esses, para verificar a adequação da atividade às normas em vigor. Ao final da investigação, impulsionadas as atividades



administrativas cabíveis, a partir dos ofícios direcionados pelo Parquet, restaram esgotadas todas as diligências aplicáveis ao caso em comento, comprovado o protocolo de requerimento de licenciamento ambiental junto ao IMAM, cabendo ao órgão ambiental analisar os documentos apresentados e se for o caso, expedir a licença correspondente, em decorrência de seu poder de polícia, consagrada a autoexecutoriedade da Administração Pública para com os próprios meios, pôr em execução as decisões sem precisar recorrer ao Poder Judiciário. Portanto, não havendo justa causa para continuidade de qualquer diligência nos autos, tampouco ajuizamento de ação civil pública, deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002587-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Leonidas Teodoro Campos

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais pelo desmatamento de 7,89 ha de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente na propriedade rural denominada “Fazenda Tauá Parte”, de propriedade de Leonidas Teodoro Campos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDRO GOMES - MEIO AMBIENTE – DESMATAMENTO DE 7,89 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA – VISTORIA REALIZADA PELA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL – AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PELO ÓRGÃO COMPETENTE – IMASUL – DILIGÊNCIAS REALIZADAS - ASSINATURA DE TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Trata-se de Inquérito Civil inicialmente instaurado para apurar eventuais danos ambientais ocasionados pelo desmatamento de 7,89 ha de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente na propriedade rural denominada “Fazenda Tauá Parte”, de Leonidas Teodoro Campos. 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. 3. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011326-7 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000885-9

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Condomínio Imperial

Assunto: Apurar possível perfuração de poço no Condomínio Imperial, localizado na Rua Floriano Peixoto 820, Jardim América, Dourados/MS, em contrariedade à Resolução SEMADE n. 21, de 27 de novembro de 2015, a qual veda captação de água subterrânea para consumo humano em unidades residenciais abastecidas por rede pública (item 3.2).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 11ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DOURADOS - MEIO AMBIENTE – DENÚNCIA APÓCRIFA - CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA – PERFURAÇÃO DE POÇO POR CONDOMÍNIO RESIDENCIAL – INOBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO SEMADE N.21 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015 – CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA 007/2017 – IMASUL – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – EFETIVO TAMPONAMENTO DA CAPTAÇÃO HÍDRICA – LIGAÇÃO DO EDIFÍCIO À REDE PÚBLICA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Trata-se de Inquérito Civil inicialmente instaurado para apurar a possível perfuração de poço no Condomínio Imperial, localizado na Rua Floriano Peixoto 820, Jardim América, Dourados/MS, em contrariedade à Resolução SEMADE n. 21, de 27 de novembro de 2015, a qual veda captação de água subterrânea para consumo humano em unidades residenciais abastecidas por rede pública. Ao final da investigação, impulsionadas as atividades administrativas cabíveis, a partir dos ofícios direcionados pelo Parquet, restaram esgotadas todas as diligências aplicáveis ao caso em comento, em razão da comprovação efetivo tamponamento da captação hídrica dantes irregular, mas também e ligação do edifício à rede pública de abastecimento d'água, o que resolveu os problemas relatados em manifestação inicial. Portanto, não havendo justa causa para continuidade de qualquer diligência nos autos, tampouco ajuizamento de ação civil pública, deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator



Conselheiro Antonio Siufi Neto.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000982-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Domingos da Silva Neto

Assunto: Apurar possível criação de animal silvestre de espécime exótico (Javali), no Lote 19 do Assentamento Palmeiras, de propriedade de Antônio Domingos da Silva Neto.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE (MS) - MEIO AMBIENTE – CRIAÇÃO DE ANIMAL SILVESTRE EXÓTICO – JAVAPORCO - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – APLICABILIDADE DO ENUNCIADO 03 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar possível criação de animal silvestre de espécime exótico (Javali), no Lote 19 do Assentamento Palmeiras. No presente caso, resta evidenciado que tal fato se apresenta como dano de menor potencial ofensivo, portanto, aplica-se a fundamentação do Enunciado nº03 do CSMP, uma vez que a ilegalidade aqui investigada não gerou expressiva repercussão socioeconômica cumulado ao fato de que o proprietário não obteve proveito econômico, sendo desnecessária qualquer intervenção legal. Dessa forma, considero que no âmbito da esfera de atribuição do Ministério Público, inexistem ilegalidades ou explorações ambientais remanescentes para dar ensejo ao prosseguimento do feito. Destarte, esgotado o objeto do feito, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000656-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Sérgio Spricido

Assunto: Apurar a ausência de estrutura necessária para o desenvolvimento seguro da atividade de aviação agrícola na Fazenda Santa Fé.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ - MEIO AMBIENTE – AUSÊNCIA DE ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SEGURO DA ATIVIDADE DE AVIAÇÃO AGRÍCOLA EM PROPRIEDADE RURAL - REALIZAÇÃO DE TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Trata-se de Inquérito Civil inicialmente instaurado para apurar a ausência de estrutura necessária para o desenvolvimento seguro da atividade de aviação agrícola na Fazenda Santa Fé, localizada no Município de Caarapó/MS, em desconformidade às exigências legais previstas na Instrução Normativa nº 02/2008, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. 3. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010793-2, no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

6. Inquérito Civil nº 06.2023.00001066-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antonio Queiroz Neves Pedroso dos Santos

Assunto: Apurar possível dano ambiental em decorrência de lava jato sem alvará de funcionamento e descarte incorreto de produtos químicos, além de abandono de veículos, localizado na Rua Elvírio Mário Mancini, nº 1797.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TRÊS LAGOAS (MS) - MEIO AMBIENTE - POLUIÇÃO – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – ESCLARECIMENTOS APRESENTADOS – ASSINATURA DE TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Trata-se de Inquérito Civil inicialmente instaurado para apurar possível dano ambiental em decorrência de lava jato sem alvará de funcionamento e descarte incorreto de produtos químicos, além de abandono de veículos, localizado na Rua Elvírio



Mário Mancini, nº 1797 (f. 07). 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. 3. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito cível possui TAC celebrado, já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010867-5 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siuffi Neto.

7. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00007761-0 - SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial da comarca de Camapuã

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo improvimento do presente recurso, mantendo-se o arquivamento parcial da Notícia de Fato nº 01.2023.00007761-0, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siuffi Neto.

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00000868-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Lázaro Batista Nepomuceno

Assunto: Apurar o desmatamento de 3,34 hectares em área declarada como Reserva Legal Proposta, localizada em área de tensão ecológica, possivelmente integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Saudade, em Costa Rica/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 316/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COSTA RICA (MS) - MEIO AMBIENTE - PROGRAMA DNA AMBIENTAL - SUPRESSÃO DE 3.34 HECTARES DE VEGETAÇÃO EM ÁREA DECLARADA COMO RESERVA LEGAL – ÁREA DE TENSÃO ECOLÓGICA - MATA ATLÂNTICA – AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PELO ÓRGÃO COMPETENTE - REALIZAÇÃO DE TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Trata-se de Inquérito Civil inicialmente instaurado para apurar o desmatamento de 3,34 hectares em área declarada como Reserva Legal Proposta, localizada em área de tensão ecológica, possivelmente integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Saudade, em Costa Rica/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente. 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. 3. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito cível possui TAC celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011171-4, no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siuffi Neto.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001457-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – EDUCAÇÃO – ESTRUTURA FÍSICA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS – ESCOLAS PÚBLICAS – REDE ESTADUAL DE ENSINO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA – ACORDO JUDICIAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o escopo de averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto porque, as medidas encetadas no



feito diante da intervenção ministerial, levaram ao ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001, a qual abarca as questões investigadas no presente, havendo composição em audiência no âmbito da referida Ação Civil Pública, no sentido do Estado de Mato Grosso do Sul apresentar cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais que inclua projeto de prevenção de pânico e incêndio, de modo que eventual descumprimento deverá ser executado judicialmente. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siuffi Neto.

10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001458-7

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – EDUCAÇÃO – ESTRUTURA FÍSICA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS – ESCOLAS PÚBLICAS – REDE ESTADUAL DE ENSINO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA – ACORDO JUDICIAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o escopo de averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto porque, as medidas encetadas no feito diante da intervenção ministerial, levaram ao ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001, a qual abarca as questões investigadas no presente, havendo composição em audiência no âmbito da referida Ação Civil Pública, no sentido do Estado de Mato Grosso do Sul apresentar cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais que inclua projeto de prevenção de pânico e incêndio, de modo que eventual descumprimento deverá ser executado judicialmente. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siuffi Neto.

11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001461-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – EDUCAÇÃO – ESTRUTURA FÍSICA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS – ESCOLAS PÚBLICAS – REDE ESTADUAL DE ENSINO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA – ACORDO JUDICIAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o escopo de averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto porque, as medidas encetadas no feito diante da intervenção ministerial, levaram ao ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001, a qual abarca as questões investigadas no presente, havendo composição em audiência no âmbito da referida Ação Civil Pública, no sentido do Estado de Mato Grosso do Sul apresentar cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais que inclua projeto de prevenção de pânico e incêndio, de modo que eventual descumprimento deverá ser executado judicialmente. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator



Conselheiro Antonio Siufi Neto.

12. Inquérito Civil nº 06.2022.00001465-4

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – EDUCAÇÃO – ESTRUTURA FÍSICA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS – ESCOLAS PÚBLICAS – REDE ESTADUAL DE ENSINO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA – ACORDO JUDICIAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o escopo de averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto porque, as medidas encetadas no feito diante da intervenção ministerial, levaram ao ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001, a qual abarca as questões investigadas no presente, havendo composição em audiência no âmbito da referida Ação Civil Pública, no sentido do Estado de Mato Grosso do Sul apresentar cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais que incluía projeto de prevenção de pânico e incêndio, de modo que eventual descumprimento deverá ser executado judicialmente. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

13. Inquérito Civil nº 06.2022.00001466-5

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – EDUCAÇÃO – ESTRUTURA FÍSICA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS – ESCOLAS PÚBLICAS – REDE ESTADUAL DE ENSINO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA – ACORDO JUDICIAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o escopo de averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto porque, as medidas encetadas no feito diante da intervenção ministerial, levaram ao ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001, a qual abarca as questões investigadas no presente, havendo composição em audiência no âmbito da referida Ação Civil Pública, no sentido do Estado de Mato Grosso do Sul apresentar cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais que incluía projeto de prevenção de pânico e incêndio, de modo que eventual descumprimento deverá ser executado judicialmente. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

14. Inquérito Civil nº 06.2022.00001481-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual



de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – EDUCAÇÃO – ESTRUTURA FÍSICA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS – ESCOLAS PÚBLICAS – REDE ESTADUAL DE ENSINO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA – ACORDO JUDICIAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o escopo de averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto porque, as medidas encetadas no feito diante da intervenção ministerial, levaram ao ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001, a qual abarca as questões investigadas no presente, havendo composição em audiência no âmbito da referida Ação Civil Pública, no sentido do Estado de Mato Grosso do Sul apresentar cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais que inclua projeto de prevenção de pânico e incêndio, de modo que eventual descumprimento deverá ser executado judicialmente. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

15. Inquérito Civil nº 06.2022.00001495-4

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – EDUCAÇÃO – ESTRUTURA FÍSICA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS – ESCOLAS PÚBLICAS – REDE ESTADUAL DE ENSINO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA – ACORDO JUDICIAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o escopo de averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto porque, as medidas encetadas no feito diante da intervenção ministerial, levaram ao ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001, a qual abarca as questões investigadas no presente, havendo composição em audiência no âmbito da referida Ação Civil Pública, no sentido do Estado de Mato Grosso do Sul apresentar cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais que inclua projeto de prevenção de pânico e incêndio, de modo que eventual descumprimento deverá ser executado judicialmente. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

16. Inquérito Civil nº 06.2022.00001518-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – EDUCAÇÃO – ESTRUTURA FÍSICA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS – ESCOLAS PÚBLICAS – REDE ESTADUAL DE ENSINO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA – ACORDO JUDICIAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o escopo de averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto porque, as medidas encetadas no



feito diante da intervenção ministerial, levaram ao ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001, a qual abarca as questões investigadas no presente, havendo composição em audiência no âmbito da referida Ação Civil Pública, no sentido do Estado de Mato Grosso do Sul apresentar cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais que inclua projeto de prevenção de pânico e incêndio, de modo que eventual descumprimento deverá ser executado judicialmente. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siuffi Neto.

17. Inquérito Civil nº 06.2022.00001569-7

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – EDUCAÇÃO – ESTRUTURA FÍSICA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS – ESCOLAS PÚBLICAS – REDE ESTADUAL DE ENSINO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA – ACORDO JUDICIAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o escopo de averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto porque, as medidas encetadas no feito diante da intervenção ministerial, levaram ao ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001, a qual abarca as questões investigadas no presente, havendo composição em audiência no âmbito da referida Ação Civil Pública, no sentido do Estado de Mato Grosso do Sul apresentar cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais que inclua projeto de prevenção de pânico e incêndio, de modo que eventual descumprimento deverá ser executado judicialmente. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siuffi Neto.

18. Inquérito Civil nº 06.2022.00001572-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – EDUCAÇÃO – ESTRUTURA FÍSICA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS – ESCOLAS PÚBLICAS – REDE ESTADUAL DE ENSINO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA – ACORDO JUDICIAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o escopo de averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto porque, as medidas encetadas no feito diante da intervenção ministerial, levaram ao ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001, a qual abarca as questões investigadas no presente, havendo composição em audiência no âmbito da referida Ação Civil Pública, no sentido do Estado de Mato Grosso do Sul apresentar cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais que inclua projeto de prevenção de pânico e incêndio, de modo que eventual descumprimento deverá ser executado judicialmente. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator



Conselheiro Antonio Siufi Neto.

2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000933-1

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Amarildo Gimenez de Oliveira

Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidade ambiental na "Fazenda Vitória", consistente em processo erosivo identificado em dreno principal executado na propriedade, o qual encontra-se danificado, com desmoronamento de suas paredes e formação incipiente de uma voçoroca, carreando matéria do solo para o Córrego Vitória.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAÇÃO DE NOTÍCIA INDICATIVA DE IRREGULARIDADE AMBIENTAL NA "FAZENDA VITÓRIA", CONSISTENTE EM PROCESSO EROSIVO IDENTIFICADO EM DRENO PRINCIPAL EXECUTADO NA PROPRIEDADE - IMPERIOSA A COMPROVAÇÃO DA REPARAÇÃO DO DANO - NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS - OBSERVÂNCIA AO ENUNCIADO Nº 10/CSMP - PREMATURA A HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. Analisando-se os autos, observa-se que, embora a propriedade em questão esteja inscrita no Cadastro Ambiental Rural de Mato Grosso do Sul CAR/MS (CARMS066274 e CARMS004757), tendo sido informado ainda que foi feito o PRADA do imóvel rural, tais medidas se mostram insuficientes, uma vez que não há a comprovação de que os danos apontados inicialmente tenham sido reparados. Conforme estabelece o Enunciado nº 10 do Conselho Superior do Ministério Público, nos casos em que houver dano ambiental faz-se necessária a elaboração de "Termo de Ajustamento de Conduta", a fim de saná-lo, não sendo suficiente, apenas, a apresentação de CAR e de PRADA, para subsidiar a promoção de arquivamento. Assim, vota-se, no momento, pela não homologação da promoção de arquivamento, determinando-se a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para as providências complementares necessárias.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e converteu o julgamento em diligência, determinando a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00001166-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Armando Moraes de Souza

Assunto: Apurar desmatamento de 6,88 hectares em área de vegetação nativa, na "Fazenda Santa Rosa", em Figueirão-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n.º 595/19/ NUGEO, ocorrido entre 18/07/2016 e 16/09/2016.

Advogada: Janaina Bonomini Pickler – OAB/MS nº 13.137.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMAPUÃ/MS - APURAÇÃO DE DESMATAMENTO DE 6,88 HECTARES EM ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA NA "FAZENDA SANTA ROSA", EM FIGUEIRÃO/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00010733-2 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 126/129, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem, informou que foi instaurado o Procedimento. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências outras a serem adotadas nestes autos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000288-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Luiz Antônio Ricciardi Salessi, Heloisa Ricciardi Salessi Carvalho e Gilson de Oliveira Carvalho

Assunto: Apurar a supressão de 5,35 hectares em área de vegetação nativa, na Fazenda Brioso, em Três Lagoas-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 261/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).



EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TRÊS LAGOAS/MS - APURAÇÃO DA SUPRESSÃO DE 5,35 HECTARES EM ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA, NA “FAZENDA BRIOSO”, SEM AUTORIZAÇÃO DE AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00011268-0 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 176/183, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem, informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011268-0 (fl.193) para o acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências outras a serem tomadas nestes autos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000546-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marcelo Cantizani Azambuja

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 2,55 hectares em área Remanescente de Vegetação Nativa, na Fazenda Coxilha e Figueirinha, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 174/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BONITO/MS - APURAÇÃO DA REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA SUPRESSÃO DE 2,55 HECTARES EM ÁREA REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA, NA “FAZENDA COXILHA” E “FIGUEIRINHA” - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00010201-5 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, denota-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 99/108, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010201-5 (fl. 109) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências outras a serem tomadas nestes autos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000358-3

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Vicente Pallotti do Nascimento Filho e Município de Ivinhema

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente de possíveis irregularidades no loteamento "Conjunto Habitacional Vereador José Mário Pieretti", em razão de pendências no Projeto Executivo, no Plano Básico Ambiental, no Memorial Descritivo da Fossa Séptica e Sumidouro além da ausência de Plano de Sistema de Drenagem Urbana e Declaração de Áreas Verdes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE IVINHEMA/MS - APURAÇÃO DE DANO AMBIENTAL DECORRENTE DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO LOTEAMENTO “CONJUNTO HABITACIONAL VEREADOR JOSÉ MÁRIO PIERETTI”, EM RAZÃO DE PENDÊNCIAS NO PROJETO EXECUTIVO, NO PLANO BÁSICO AMBIENTAL, NO MEMORIAL DESCRITIVO DA FOSSA SÉPTICA E SUMIDOURO ALÉM DA AUSÊNCIA DE PLANO DE SISTEMA DE DRENAGEM URBANA E DECLARAÇÃO DE ÁREAS VERDES - IRREGULARIDADES SANADAS - ANÁLISE FEITA PELO IMASUL - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A análise detida dos autos, revela a insubsistência de motivos para a continuidade das investigações, eis que, após diligências promovidas pelo



Parquet, verificou-se que o próprio IMASUL informou o atendimento integral das irregularidades anteriormente existentes (fls. 149/527), tendo o DAEX inclusive pontuado em seu Parecer de Análise Prévia (fls. 545/546), a impossibilidade de atendimento solicitada através do SAT Portal Expert ID nº 3623, ante a informação já prestada IMASUL acerca da regularização integral das pendências. Dessa forma, verifica-se que as irregularidades ora investigadas foram sanadas, tornando-se ausente de justa causa à continuidade do feito, esvaindo-se, assim, o objeto deste inquérito civil. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000296-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luciano Menegatti

Assunto: Apurar corte isolado de árvores esparsas de diversas essências, sem autorização ambiental, em uma área de 05 hectares para o uso alternativo do solo na "Fazenda São Miguel Arcanjo", em Juti/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ/MS - APURAÇÃO DE CORTE ISOLADO DE ÁRVORES ESPARSAS DE DIVERSAS ESSÊNCIAS, SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, EM ÁREA DE 05 HECTARES PARA O USO ALTERNATIVO DO SOLO NA "FAZENDA SÃO MIGUEL ARCANJO", EM JUTI/MS - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00011470-0 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 182/188, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011470-0 (fls. 198/199) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001520-9

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES DAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, VISANDO A GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO - INEXISTÊNCIA DE LESÃO CONCRETA - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamentação idônea para a atuação funcional do Parquet, in casu, mormente diante da não constatação da ocorrência de lesão concreta a justificar o prosseguimento das investigações no presente inquérito civil, uma vez que somente é iniciada uma investigação quando haja elementos suficientes de convicção acerca da ilegalidade apontada, devendo existir o mínimo de lastro informativo e indiciário para o início da persecução administrativa ou cível. Outrossim, foi destacado que, para verificar-se se as mesmas irregularidades poderiam ser encontradas na Rede Estadual de Ensino, foram instaurados 36 (trinta e seis) Inquéritos Cíveis independentemente de provocação. Impende, ainda, frisar que foi ajuizada pela Promotoria de Justiça de origem a Ação Civil Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001 em face do Estado de Mato Grosso do Sul, visando a compeli-lo à regularidade documental das escolas integrantes da rede estadual de ensino situadas no município de Campo Grande, oportunidade em que consequentemente se tratarão das questões estruturais eventualmente faltantes nas escolas em questão. Verificou-se, por oportuno, que em audiência realizada no bojo da ACP houve composição no sentido do Estado de Mato Grosso do Sul apresentar cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais que incluía projeto de prevenção de pânico



e incêndio. Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não se impede que, com o surgimento de eventual fato novo, se dê posterior prosseguimento das investigações ou a propositura de nova ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00000191-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Juliano Gonçalves Freitas

Assunto: Apurar o desmatamento de 2,18 hectares em Área de Preservação

Permanente e Reserva Legal, na "Fazenda Dacrija", sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 298/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 001/3ªCIA/BPMA/COXIMMS/2022.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COXIM/MS - APURAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE DESMATAMENTO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E RESERVA LEGAL NA "FAZENDA DACRIJA", SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL COMPETENTE (PROGRAMA DNA AMBIENTAL) - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00011610-9 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 202/208, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011610-9 (fls. 163/164) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00000626-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: J.S.P.

Assunto: Apurar possíveis atos de assédio moral e/ou sexual no âmbito da Prefeitura Municipal de Nova Andradina praticados, em tese, por Jailson da Silva Pfeifer, Procurador Jurídico Municipal.

Advogado: Antonio Carlos Nascimento – OAB/MS nº 12.566.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NOVA ANDRADINA/MS - PATRIMÔNIO PÚBLICO -APURAR A SUPOSTA PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DE ASSÉDIO MORAL NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO -RELATÓRIO FINAL - ATO ÍMPROBO NÃO CONFIGURADO - LEI 14.230/2021 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO.

Denota-se que, após regular investigação dos fatos noticiados inicialmente, foram realizadas colheita de provas e realizadas oitivas testemunhais, e juntada de documentos pelo Município, não sendo constatados elementos que indicassem a prática de atos de improbidade administrativa. Tem-se que da Decisão de Processo Administrativo Disciplinar PAD (fls. 450/490), proferida, restou decidido que fosse o pedido de exoneração feito por Jailson da Silva Pfeifer convertido em destituição de cargo em comissão, nos termos do artigo 212, I, da LCM 042/02; bem como que fossem arquivadas as investigações referentes à prática de infração disciplinar previstas no inciso V, do artigo 199, da LCM 042/21, qual seja, que visa punir as condutas de servidores públicos, que agem de forma contrária ao interesse público, valendo-se do seu cargo para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função pública, por ausência de provas. Observa-se, assim, que a conduta investigada no presente feito não se amolda às hipóteses e figuras legais de atos de improbidade administrativa previstas nos incisos do artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa em vigor. Registre-se, por oportuno, que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o eventual surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil



pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

10. Inquérito Civil nº 06.2022.00000998-4

67ª Promotoria de Justiça do Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agência Nacional de Telecomunicações ANATEL

Assunto: Apurar a ocorrência de danos efetivos ou potenciais a direitos ou interesses coletivos e colher subsídios para atuação do Ministério Público na Ação Civil Pública nº 0837892-28.2022.8.12.0001 (MP nº 08.2022.00144575-3), ajuizada pela ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE MATO GROSSO DO SUL - ADECON- MS, com relação a Requerida OI S/A.

Advogada: Adriana Astuto Pereira – OAB/MS nº 80.696.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 67ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE DANOS EFETIVOS OU POTENCIAIS A DIREITOS OU INTERESSES COLETIVOS DOS CONSUMIDORES E COLETA DE OUTROS SUBSÍDIOS PARA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA N. 0837892-28.2022.8.12.0001 - PERDA DO

OBJETO - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A MANUTENÇÃO DO FEITO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. A promoção de arquivamento, merece ser homologada, porquanto é de se pontuar que, com a evolução da ação judicial, o Parquet que, inicialmente, se manifestou contrariamente à liminar, diante de novos documentos juntados pela ANATEL alterou o seu entendimento e se manifestou favoravelmente ao deferimento da tutela provisória de urgência (fls. 231/234), eis que foi possível concluir que, de fato, as empresas requeridas deixaram de repassar à coletividade de consumidores os valores correspondentes à redução de impostos sobrevinda com o Decreto n. 15.990/2022. Por conseguinte, o Presidente do feito, salientou, corretamente, que: “Desta feita, considerando que após o ajuizamento da ação sobrevieram inúmeros esclarecimentos, argumentos e documentos juntados por ambas as partes nos autos da ação judicial, de forma a aclarar o contexto dos fatos objetos de discussão nos autos, entende-se que o objeto e os pedidos formulados na referida ação civil pública são suficientes para a defesa dos interesses transindividuais dos contribuintes, não sendo necessárias doravante novas apurações ou ajuizamento de idêntica ação por parte deste Parquet.” Logo, não há justificativa/necessidade remanescente para o exercício de novas atividades investigatórias, no presente feito, pelo órgão de execução estadual sobre os mesmos fatos e elementos probatórios já constantes da ACP ajuizada. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001128-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Josué Custódio da Silva

Assunto: Apurar a irregularidade ambiental constatada pelo auto de infração n. 4794 da PMA, consistente na caça de animal silvestre no município de Bonito/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BONITO/MS - APURAÇÃO DE IRREGULARIDADE AMBIENTAL CONSTATADA PELO AUTO DE INFRAÇÃO N. 4794 DA PMA, CONSISTENTE NA CAÇA DE ANIMAL SILVESTRE - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00010983-0 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 46/49, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente

procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem, informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010983-0 (fl. 45) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

**12. Inquérito Civil nº 06.2022.00001455-4**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando a garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA

REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, VISANDO A GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO - INEXISTÊNCIA DE LESÃO CONCRETA - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGACÃO. Exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do Parquet, mormente diante da não constatação da ocorrência de lesão concreta a justificar o prosseguimento das investigações no presente inquérito civil, uma vez que somente é iniciada alguma investigação quando haja elementos suficientes de convicção acerca da ilegalidade apontada, devendo existir o mínimo de lastro informativo e indiciário para o início da persecução administrativa ou cível. Foi, outrossim, destacado que para verificar se as mesmas irregularidades poderiam ser encontradas na Rede Estadual de Ensino, foram instaurados 36 (trinta e seis) Inquéritos Cíveis independentemente de provocação. Impende, ainda, frisar que foi ajuizada pela Promotoria de Justiça de origem a Ação Civil Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001 em face do Estado de Mato Grosso do Sul, visando a compeli-lo à regularidade documental das escolas integrantes da rede estadual de ensino situadas no município de Campo Grande, oportunidade em que consequentemente se tratarão das demais questões estruturais das escolas em questão. Verificou-se, por oportuno, que em audiência realizada no bojo da ACP houve composição no sentido do Estado de Mato Grosso do Sul apresentar cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais que incluía projeto de prevenção de pânico e incêndio. Registra-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos

termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

13. Inquérito Civil nº 06.2022.00001463-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando a garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA

REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, VISANDO A GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO - INEXISTÊNCIA DE LESÃO CONCRETA - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGACÃO. Exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do Parquet, mormente diante da não constatação da ocorrência de lesão concreta a justificar o prosseguimento das investigações no presente inquérito civil, uma vez que somente é iniciada uma investigação quando haja elementos suficientes de convicção acerca da ilegalidade apontada, devendo existir o mínimo de lastro informativo e indiciário para o início da persecução administrativa ou cível. Foi, outrossim, destacado que para verificar se as mesmas irregularidades poderiam ser encontradas na Rede Estadual de Ensino, foram instaurados 69 (sessenta e nove) Inquéritos Cíveis independentemente de provocação. Impende, ainda, frisar que foi ajuizada pela Promotoria de Justiça de origem a Ação Civil Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001 em face do Estado de Mato Grosso do Sul, visando a compeli-lo à regularidade documental das escolas integrantes da rede estadual de ensino situadas no município de Campo Grande, oportunidade em que consequentemente serão apreciadas e tratadas as questões estruturais das escolas em questão.



Verificou-se, por oportuno, que em audiência realizada no bojo da ACP houve composição no sentido do Estado de Mato Grosso do Sul apresentar cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais que inclua projeto de prevenção de pânico e incêndio.

Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do

Ministério Público não impede, com o eventual surgimento de fato novo, ocorra posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

14. Inquérito Civil nº 06.2022.00001468-7

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando a garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, VISANDO A GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM, A REDE ESTADUAL DE ENSINO - INEXISTÊNCIA DE LESÃO CONCRETA - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do Parquet, mormente diante da não constatação da ocorrência de lesão concreta a justificar o prosseguimento das investigações no presente inquérito civil, uma vez que somente é iniciada uma investigação quando haja elementos suficientes de convicção acerca da ilegalidade apontada, devendo existir o mínimo de lastro informativo e indiciário para o início da persecução administrativa ou cível. Outrossim, foi destacado que para verificar se as mesmas irregularidades poderiam ser encontradas na Rede Estadual de Ensino, foram instaurados 36 (trinta e seis) Inquéritos Civis independentemente de provocação. Impende, ainda, frisar que fora ajuizada pela Promotoria de Justiça de origem a Ação Civil Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001 em face do Estado de Mato Grosso do Sul, visando compeli-lo à regularidade documental das escolas integrantes da rede estadual de ensino situadas no município de Campo Grande, oportunidade em que consequentemente se tratarão das demais questões estruturais das escolas em questão. Verificou-se, por oportuno, que em audiência realizada no bojo da ACP houve composição no sentido do Estado de Mato Grosso do Sul apresentar cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais que inclua projeto de prevenção de pânico e incêndio. Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de eventual fato novo, ocorra posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

15. Inquérito Civil nº 06.2022.00001480-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando a garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, VISANDO A GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO - INEXISTÊNCIA DE LESÃO CONCRETA - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. Exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a



atuação funcional do Parquet, mormente diante da não constatação da ocorrência de lesão concreta a justificar o prosseguimento das investigações no presente inquérito civil, uma vez que somente é iniciada uma investigação quando haja elementos suficientes de convicção acerca da ilegalidade apontada, devendo existir o mínimo de lastro informativo e indiciário para o início da persecução administrativa ou cível. Foi, outrossim, destacado que para verificar se as mesmas irregularidades poderiam ser encontradas na Rede Estadual de Ensino, foram instaurados 69 (sessenta e nove) Inquéritos Cíveis independentemente de provocação. Impende, ainda, frisar que fora ajuizada pela Promotoria de Justiça de origem a Ação Civil Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001 em face do Estado de Mato Grosso do Sul, visando a compeli-lo à regularidade documental das escolas integrantes da rede estadual de ensino situadas no município de Campo Grande, oportunidade em que consequentemente abarcará as questões estruturais das escolas em questão. Verificou-se, por oportuno, que em audiência realizada no bojo da ACP houve composição no sentido do Estado de Mato Grosso do Sul apresentar cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais que incluía projeto de prevenção de pânico e incêndio. Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o eventual surgimento de fato novo, ocorra posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

16. Inquérito Civil nº 06.2022.00001484-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades das instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Professor Silvio Oliveira dos Santos, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino, para tanto, promovendo-se a coleta de informações, documentos, depoimentos certidões e demais diligências indispensáveis à apuração dos fatos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA

REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, NOTADAMENTE NA “ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR SILVIO OLIVEIRA DOS SANTOS”, VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTA, A REDE ESTADUAL DE ENSINO -INEXISTÊNCIA DE LESÃO CONCRETA - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE

ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do Parquet, mormente diante da não constatação da ocorrência de lesão concreta a justificar o prosseguimento das investigações no presente inquérito civil, uma vez que somente é iniciada qualquer investigação quando haja elementos suficientes de convicção acerca da ilegalidade apontada, devendo

existir o mínimo de lastro informativo e indiciário para o início da persecução administrativa ou cível. Foi, outrossim, destacado que, para verificar se as mesmas irregularidades poderiam ser encontradas na Rede Estadual de Ensino, foram instaurados 36 (trinta e seis) Inquéritos Cíveis independentemente de provocação. Impende, ainda, frisar que foi ajuizada pela Promotoria de Justiça de origem a Ação Civil Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001 em face do Estado de Mato Grosso do Sul, visando a compeli-lo à regularidade documental das escolas integrantes da rede estadual de ensino situadas no município de Campo Grande, oportunidade em que consequentemente se compreenderão as questões estruturais das escolas em questão. Verificou-se, por oportuno, que em audiência realizada no bojo da ACP houve composição no sentido do Estado de Mato Grosso do Sul apresentasse cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais que incluía projeto de prevenção de pânico e incêndio. Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de eventual fato novo, ocorra posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

17. Inquérito Civil nº 06.2022.00001570-9

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando a garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA

REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO - INEXISTÊNCIA DE LESÃO CONCRETA FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do Parquet, mormente diante da não constatação da ocorrência de lesão concreta a justificar o prosseguimento das investigações no presente inquérito civil, uma vez que somente é iniciada qualquer investigação quando haja elementos suficientes de convicção acerca da ilegalidade apontada, devendo

existir o mínimo de lastro informativo e indiciário para o início da persecução administrativa ou cível. Foi, outrossim, destacado que para verificar se as mesmas irregularidades poderiam ser encontradas na Rede Estadual de Ensino, foram instaurados 69 (sessenta e nove) Inquéritos Cíveis independentemente de provocação. Impende, ainda, frisar que foi ajuizada pela Promotoria de Justiça de origem a Ação Civil Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001 em face do Estado de Mato Grosso do Sul, visando a compeli-lo à regularidade documental das escolas integrantes da rede estadual de ensino situadas no município de Campo Grande, oportunidade em que consequentemente serão apreciadas e tratadas as questões estruturais das escolas em questão. Verificou-se, por oportuno, que em audiência realizada no bojo da ACP houve composição no sentido do Estado de Mato Grosso do Sul apresentar cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais que incluía projeto de prevenção de pânico e incêndio.

Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do

Ministério Público não impede, com o eventual surgimento de fato novo, ocorra posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

18. Inquérito Civil nº 06.2023.00000248-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: P.H.S.

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa decorrente da suposta prática dos crimes de estupro e/ou importunação/assédio sexual, previstos nos artigos 213, caput, 215-A, e 216-A, todos do Código Penal, praticados pelo servidor público municipal P. H. da S., no exercício da função pública.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NOVA ANDRADINA/MS - PATRIMÔNIO PÚBLICO -APURAÇÃO DE SUPOSTA PRÁTICA DOS CRIMES DE ESTUPRO E/OU ASSÉDIO SEXUAL - PRATICADOS POR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL P.H.S., NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA -PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO -BEM COMO INQUÉRITO POLICIAL - ATO ÍMPROBO NÃO CONFIGURADO - LEI 14.230/2021 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que, após regular investigação, não se vislumbrou o enquadramento típico da conduta apurada às hipóteses legais de atos de improbidade administrativa previstas nos incisos do artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa em vigor e, nem tampouco não se amoldando aos preceitos legais estabelecidos nos artigos 9º e 10, da LIA, que tipificam, respectivamente, os atos de improbidade que importam em atos de natureza diversa, quais sejam, enriquecimento ilícito e causam prejuízo ao erário. Ainda, consoante ressabido, a Lei 14.230/21 extinguiu a modalidade culposa de improbidade administrativa, passando a redação dos artigos 9º, 10 e 11 da referida lei a exigir a conduta dolosa do autor do ato de improbidade, que tenham aquelas finalidades diversas, conforme se extrai do artigo 1º, §§§ 1º, 2º e 3º, da referida lei. Neste passo, conclui-se que haveria improbidade quando o agente agir de modo consciente e voluntário para se enriquecer ilícitamente, lesar o erário ou violar princípio regente da Administração, não sendo o caso dos autos. Registre-se, por oportuno que, inobstante a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de eventual fato novo e típico, venha a ocorrer posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator



Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

2.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000918-6

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ao erário ocasionado pela má qualidade na prestação dos serviços relacionados à manutenção das vias públicas da cidade de Dourados, mormente no que tange às operações “tapa-buracos”.
EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE - COMARCA DE DOURADOS - APURAR EVENTUAL DANO AO ERÁRIO OCASIONADO PELA MÁ QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇOS RELACIONADOS À MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE DOURADOS, MORMENTE NO QUE TANGE ÀS OPERAÇÕES “TAPA-BURACOS” - IRREGULARIDADES NÃO COMPROVADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto dos autos. Denúncia de ineficiência da operação tapa buracos. Comprovação de que os serviços foram efetivamente prestados. Não constatados indícios de sobre-preço nos contratos entabulados. Não comprovado eventual dano ao erário. Impossibilidade de apurar a qualidade dos serviços em razão do extenso lapso temporal decorrido. Ausência do elemento subjetivo dolo. Informações de que a prefeitura tem adotado as medidas necessárias para cumprir as recomendações do DAEX. Arquivamento que não obsta o posterior prosseguimento das investigações caso se verifique a existência de fatos novos. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001441-0

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar possível parcelamento do solo desprovido de aprovação e registro no órgão competente (objeto originário do Inquérito Civil 121/2011/PJDHU).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOURADOS - APURAR POSSÍVEL PARCELAMENTO DO SOLO DESPROVIDO DE

APROVAÇÃO E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE - PENDÊNCIA DE AÇÃO JUDICIAL QUE IMPOSSIBILITA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – INSTAURADO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto dos autos. Existência de loteamento irregular. Pendência de ações judiciais que discutem a propriedade/posse da área. Impossibilidade de se proceder com a Regularização Fundiária enquanto não houver o deslinde dos procedimentos judiciais. Instaurado Procedimento Administrativo com o intuito de acompanhar as ações judiciais, assim como acompanhar a posterior execução da regularização fundiária. Ausência de fundamentos para continuidade do feito por ora. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001888-2

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Espólio de João Verdier - Francisco Gonçalves Silveira

Assunto: Apurar a situação jurídico ambiental do imóvel denominado Fazenda Água Branca, localizado no município de Laguna Carapã, MS – Projeto Rio Amambai (objeto originário do IC 31/LCP/2012/PJDMA).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE DOURADOS – APURAR A SITUAÇÃO JURÍDICO AMBIENTAL DO IMÓVEL DENOMINADO FAZENDA ÁGUA BRANCA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ, MS – PROJETO RIO AMAMBAI – ADOTADAS AS MEDIDAS PARA REGULARIZAÇÃO DA PROPRIEDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Relatório TOPOSAT que indicou a existência de diversas irregularidades na propriedade. Inquérito Civil em trâmite há longo período. Apresentação de inscrição no CAR e PRADA. Ausência de dano ambiental relevante. Registro de drenos que está sendo devidamente acompanhado pelo órgão ambiental. Inexistência de outras diligências a serem adotadas. Promoção de arquivamento homologada.



Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001103-8

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Ronaldo Coelho da Silva

Requerido: Ronaldo Angelo de Almeida

Assunto: Apurar denúncia de supostos direcionamentos em processos licitatórios abertos pela Prefeitura Municipal de Aquidauana (Carta Convite nº 15/2018 – Processo Administrativo nº 105/2018 e Carta Convite nº 24/2018 – Processo Administrativo nº 134/2018), em favor da empresa RGC-MS Comércio e Serviços Ltda – EPP, da qual o atual Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo, Ronaldo Ângelo de Almeida, seria sócio oculto.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE – COMARCA DE AQUIDAUANA – APURAR DENÚNCIA DE SUPOSTO DIRECIONAMENTO EM PROCESSOS LICITATÓRIOS ABERTOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA, EM FAVOR DA EMPRESA-RGC-MS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP, DA QUAL O ATUAL SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO SERIA SÓCIO OCULTO – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto dos autos. Ausência de indícios de irregularidade nos procedimentos licitatórios analisados. Não comprovação da suposta intervenção para favorecimento de determinada empresa. Ausência de dano ao erário e do elemento subjetivo dolo. Arquivamento que não obsta o posterior prosseguimento das investigações caso se verifique a existência de fatos novos. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

5. Inquérito Civil nº 06.2019.00001864-2

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Paulo César Lima Silveira, Flávio Vasconcelos Alves Castro e Município de Ribas do Rio Pardo

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no registro de preços para aquisição de 5.225 pacotes de pirulitos à R\$ 57.213,75, e, cartão magnético para aquisição de cestas básicas no total de R\$ 513.688,80.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE - COMARCA DE DOURADOS - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 5.225 PACOTES DE PIRULITOS À R\$ 57.213,75, E, CARTÃO MAGNÉTICO PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS NO TOTAL DE R\$ 513.688,80 - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto dos autos. Ausência de indícios de irregularidades nos procedimentos licitatórios. Não comprovado prejuízo ao erário. Produtos adquiridos para atender demanda dos serviços de assistência social do município. Ausência do elemento subjetivo dolo. Arquivamento que não obsta o posterior prosseguimento das investigações caso se verifique a existência de fatos novos. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000048-9

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Paulo Carlos Veron da Motta

Requeridas: Câmara de Vereadores de Três Lagoas e Empresa Agilitá Ltda.

Assunto: Apurar a legalidade do Contrato Administrativo n. 07/2019 (prestação de serviços de publicidade), bem como respectivos termos aditivos, firmados entre a empresa Agilitá Propaganda e Marketing LTDA e Câmara de Vereadores de Três Lagoas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE TRÊS LAGOAS – APURAR A LEGALIDADE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 07/2019 (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE), BEM COMO RESPECTIVOS TERMOS ADITIVOS, FIRMADOS ENTRE A EMPRESA AGILITÁ PROPAGANDA E MARKETING E A CÂMARA DE VEREADORES DE TRÊS LAGOAS – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Denúncia de gastos exorbitantes com contratos de publicidade durante período de calamidade pública e de irregularidades na execução desses contratos. Elementos de informação que

indicam que os contratos foram firmados com observância à legislação pertinente. Comprovação de que os valores



dispendidos foram totalmente utilizados para execução dos contratos. Ausência de elementos de provas que indiquem eventual enriquecimento ilícito, dolo ou malversação. Ausência de requisitos autorizadores para ingresso com eventual Ação de Improbidade. Formalizado Termo de Ajustamento de Conduta com observância aos requisitos da resolução de regência. Obrigação de não efetuar contratações de publicidade com valores exorbitantes e conferir o máximo de transparência na execução desses contratos. Procedimento administrativo fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento que não obsta o posterior prosseguimento das investigações acaso surjam novos fatos. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000024-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Abílio Rodrigues da Costa

Assunto: Apurar irregularidade jurídica ambiental referente a supressão de 2,07 hectares em área de Preservação Permanente, na Fazenda Bela Vista II, em Porto Murtinho, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 379/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Advogado: Vinícius Camargo Ottoni – OAB/MS nº 17.962.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE PORTO MURTINHO – APURAR IRREGULARIDADE JURÍDICA AMBIENTAL REFERENTE A SUPRESSÃO DE 2,07 HECTARES EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, NA FAZENDA BELA VISTA II, EM PORTO MURTINHO, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE – PROGRAMA DNA AMBIENTAL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Desmatamento de 2,07 hectares de vegetação nativa. Propriedade inscrita no CAR/MS. Apresentado PRADA. Celebrado Termo de Ajustamento de Conduta com observância aos requisitos da resolução de regência. Obrigação de recuperar e indenizar os danos ambientais causados. Procedimento administrativo de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00000739-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Carlos Eduardo de Assis Toyota, Jovelino Yasuo Toyota, Eder Luiz de Assis Toyota

Assunto: Apurar desmatamento de 2,07 hectares em área de Reserva Legal, na Fazenda Nossa Senhora Aparecida do Paxixi, em Miranda, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 47/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE MIRANDA – APURAR O DESMATAMENTO DE 2,07 HECTARES EM ÁREA DE RESERVA LEGAL, NA FAZENDA NOSSA SENHORA DE APARECIDA DO PAXIXI, EM MIRANDA, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE – PROGRAMA DNA AMBIENTAL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO –

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Desmatamento de 2,07 hectares de vegetação nativa. Propriedade inscrita no CAR/MS. Apresentado PRADA ao IMASUL. Celebrado Termo de Ajustamento de Conduta com observância aos requisitos da resolução de regência. Obrigação de recuperar e indenizar os danos ambientais causados. Procedimento administrativo de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001452-1

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas



da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Amando de Oliveira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA ESTADUAL AMANDO DE OLIVEIRA VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS

QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO – AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES

– **PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.** Ausência de elementos concreto acerca das lesões. Investigações iniciadas a partir de um juízo de probabilidade da ocorrência dos fatos. Ajuizada Ação Civil Pública visando compelir o Estado de Mato Grosso do Sul a promover a regularização documental das escolas estaduais no município de Campo Grande e, conseqüentemente, das questões estruturais. Homologação de arquivamento que não obsta o posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001477-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual José Ferreira Barbosa visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ FERREIRA BARBOSA VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS

QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO – AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES

– **PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.** Ausência de elementos concreto acerca das lesões. Investigações iniciadas a partir de um juízo de probabilidade da ocorrência dos fatos. Ajuizada Ação Civil Pública visando compelir o Estado de Mato Grosso do Sul a promover a regularização documental das escolas estaduais no município de Campo Grande e, conseqüentemente, das questões estruturais. Homologação de arquivamento que não obsta o posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001522-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Professora Joelina de Almeida Xavier visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA ESTADUAL PROF. JOELINA DE ALMEIDA XAVIER VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO – AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concreto acerca das lesões. Investigações iniciadas a partir de um juízo de probabilidade da ocorrência

dos fatos. Ajuizada Ação Civil Pública visando compelir o Estado de Mato Grosso do Sul a promover a regularização documental das escolas estaduais



no município de Campo Grande e, conseqüentemente, das questões estruturais. Homologação de arquivamento que não obsta o posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

12. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000403-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual da Comarca de Paranaíba-MS

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventual omissão do Poder Público Municipal no tocante ao reordenamento e superlotação na Casa de Acolhimento - Abrigo Pamela Silva.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – INFÂNCIA/JUVENTUDE – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE E/OU OMISSÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NO TOCANTE AO REORDENAMENTO E SUPERLOTAÇÃO NA CASA DE ACOLHIMENTO-ABRIGO PAMELA SILVA – ATUAÇÃO RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Notícia de superlotação no abrigo municipal. Solicitação de cooperação de municípios vizinhos. Implementação do Projeto Família Acolhedora que está sendo devidamente acompanhado nos autos do P.A. 09.2023.00003750-7. Procedimento de desacolhimento de diversos infantes/adolescente. Regularização da situação. Abrigo municipal que atualmente atende o limite imposto pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ausência de fundamentos para a continuidade do feito. Arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações caso se verifique a existência de fatos novos. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

13. Inquérito Civil nº 06.2023.00000436-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Nalzeres Alves da Silva

Assunto: Apurar a exploração de 33,451 m³ de produto vegetal (madeira) nativa e 10 unidades de toras de madeiras submersas, da espécie jatobá e angico, na Fazenda Porto de Areia Santos, em Paranaíba/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Auto de Infração nº 12304/2023 e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 05/2023.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE PARANAÍBA – APURAR A IRREGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA EXPLORAÇÃO, TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E DESDOBRAMENTO ILEGAL DE PRODUTO FLORESTAL, DE MADEIRA ORIUNDAS DE ESPÉCIES NATIVAS, BEM COMO O USO DE DIVERSOS INSTRUMENTOS ILÍCITOS, NO PORTO DE AREIA SANTOS, EM PARANAÍBA, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Exploração de madeira de área alagada, sem autorização ambiental. Atividade de desdobramento de madeira sem a respectiva licença de operação. Propriedade inscrita no CAR/MS. Celebrado Termo de Ajustamento de Conduta com observância aos requisitos da resolução de regência. Obrigação de indenizar os danos ambientais causados, além do compromisso de não efetuar a atividade sem a respectiva autorização ambiental. Procedimento administrativo de caráter fiscalizatório instaurado.

Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

14. Inquérito Civil nº 06.2023.00000470-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Sidoni Júnior

Assunto: Apurar desmatamento de vegetação nativa com extensão de 1,28 ha, em Área de Preservação Permanente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 019/3ªCIA/BPMA/2022.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE PEDRO GOMES – APURAR O DESMATAMENTO DE 1,28 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO



PERMANENTE, NA FAZENDA SANTA IZABEL, LOCALIZADA EM PEDRO GOMES/MS, REALIZADO SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE – PROGRAMA DNA AMBIENTAL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Desmatamento de 1,28 hectares em área de preservação permanente. Propriedade inscrita no CAR/MS. Apresentado PRADA. Celebrado Termo de Ajustamento de Conduta com observância aos requisitos da resolução de regência. Obrigação de recuperar e indenizar os danos ambientais causados. Procedimento administrativo de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

15. Inquérito Civil nº 06.2020.00001336-9

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS e Carlos Tranquilo Bonatto

Assunto: Apurar eventual degradação ambiental da área de preservação permanente no lote T/RUA, quadra 45, localizado na Rua Naviraí, bairro Autonomista, nesta capital, cadastrado em nome de Carlos Tranquilo Bonatto, assim como a atuação do Município de Campo Grande em efetivar a fiscalização e a recomposição dos danos existentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - AMBIENTAL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR EVENTUAL DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NO LOTE TRUA, QUADRA 45, LOCALIZADO NA RUA NAVIRAÍ, BAIRRO AUTONOMISTA, NESTA CAPITAL, ASSIM COMO A ATUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE EM EFETIVAR A FISCALIZAÇÃO E A RECOMPOSIÇÃO DOS DANOS EXISTENTES - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto dos autos. Inquérito Civil instaurado para apurar degradação ambiental em área de preservação permanente. Cadastro judicial n. 08.2023.00161500-2, que contempla o objeto destes autos. Perda do objeto do Inquérito Civil. Ausência de fundamento para continuidade das investigações. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

2.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000115-1

4ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar eventual não efetividade do acolhimento das demandas espontâneas que acessam as unidades de atenção básica de Três Lagoas/MS (UBS, EACS e ESF's) e redirecionamento dos pacientes à Unidade de Pronto Atendimento - UPA/24h, ocasionando superlotação e prejuízos à oferta eficiente dos serviços públicos de saúde naquela unidade.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL NÃO EFETIVIDADE DO ACOLHIMENTO DA DEMANDA ESPONTÂNEA QUE CHEGA NAS UNIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA DE TRÊS LAGOAS/MS, (UBS, EACS E ESFS) E REDIRECIONAMENTO DOS USUÁRIOS À UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA/24H, OCASIONANDO SUPERLOTAÇÃO E PREJUÍZOS À OFERTA EFICIENTE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NAQUELA UNIDADE. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. O objeto que ensejou a instauração do Inquérito Civil em tela se refere a eventual não efetividade do acolhimento das demandas espontâneas que chegam nas unidades de atenção básica de Três Lagoas/MS (UBS, EACS e ESF'S) e redirecionamento dos pacientes à Unidade de Pronto Atendimento UPA/24h, ocasionando superlotação e prejuízos à oferta eficiente dos serviços públicos naquela unidade, e não mais subsiste. 2. Denota-se que, o Poder Executivo Municipal de Três Lagoas buscou organizar o atendimento e o filtro das demandas espontâneas. Outrossim, foi estabelecido o direcionamento inicial com o fito de nortear a atuação dos profissionais de saúde durante o atendimento ao público, a fim de que estes acessem os serviços preexistentes do SUS com maior celeridade e coesão no que se refere ao filtro destes pacientes, com base na análise pormenorizada dos sinais, sintomas e queixas dos enfermos, sendo possível então, o estabelecimento das classificações de risco com base no caderno do Ministério da Saúde de acolhimento das demandas espontâneas publicado em 2013, nas cores azul, verde, amarelo e vermelho, sendo filtrada a prioridade de atendimento em cada caso. 3. Desta forma, verificada a perda superveniente do objeto sob investigação, o eminente representante deste Parquet em primeiro grau optou por promover o arquivamento do procedimento em análise, em razão da desnecessidade de propositura de qualquer medida judicial neste sentido, ou ainda da continuação das investigações.



4. Sem mais, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001527-7

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidade habitacional consistente no abandono de algumas residências do Conjunto Habitacional Sebastião Pereira dos Santos, localizado no Distrito de Vila São Pedro, em Dourados/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOURADOS - APURAR NOTÍCIA DE ABANDONO DE CASAS POPULARES POR CONTEMPLADOS EM PROGRAMA HABITACIONAL – IRREGULARIDADES SANADAS - RETOMADA DE POSSE E TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE REALIZADA PELO MUNICÍPIO DE DOURADOS E AGEHAB ESTADUAL - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas durante as investigações foram sanadas, visto que após a confirmação da situação de abandono de casas populares, o Município de Dourados realizou a retomada dos imóveis e a transferência de titularidade às famílias em situação de vulnerabilidade que preencheram os requisitos do programa habitacional. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000330-5

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o estado de conservação dos viadutos da Avenida Ceará com a Avenida Afonso Pena (Viaduto Senador Itália Coelho); da Avenida Ceará com a Avenida Ricardo Brandão (Viaduto Pedro Chaves dos Santos); da Rua Trindade com a Avenida Costa e Silva, região da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul UFMS; da Rua Salgado Filho com a Avenida Ernesto Geisel (Viaduto Brigadeiro-do-ar José Hélio Macedo Carvalho; da Avenida Mascarenhas de Moraes com a Avenida Ernesto Geisel (Viaduto Dib Jorge Abussafi); da Avenida Fábio Trad com a Avenida Fernando Côrrea da Costa (Viaduto Naim Dibo); e, da ponte situada na Avenida Manoel da Costa Lima, no Bairro Guanandi, entre as vias da Avenida Ernesto Geisel.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE -APURAR O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE VIADUTOS E PONTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – IRREGULARIDADES PARCIALMENTE SANADAS – OBRAS REALIZADAS - VISTORIA TÉCNICA DO DAEX QUE APONTOU A AUSÊNCIA DE QUALQUER TIPO DE RISCO NA UTILIZAÇÃO DOS LOCAIS - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA O ACOMPANHAMENTO INDIVIDUALIZADO DOS PONTOS QUE AINDA PRECISAM DE REPARO - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas durante as investigações foram parcialmente sanadas, visto que foram realizadas obras para a conservação da estrutura dos viadutos e ponte da Avenida Manoel da Costa Lima, a fim de garantir a segurança dos usuários. Ainda, o DAEX apontou algumas melhorias que ainda restavam pendentes e atestou que os locais não correm nenhum tipo de risco que pudesse impedir a sua utilização. Por fim, houve a instauração de Procedimentos Administrativos para o acompanhamento individualizado das manutenções que ainda serão necessárias. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001196-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Juruena Energia S.A.

Assunto: Apurar possíveis impactos ambientais decorrentes da implementação da Pequena Central Hidrelétrica PCH, na Estância Novo Olimpo, de Juruena Energia S.A., localizada entre os municípios de Coxim e Figueirão, com vistas a eliminar/mitigar os eventuais riscos.



EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE COXIM - APURAR POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS NA INSTALAÇÃO DE MINIUSINA HIDRELÉTRICA - PERDA DE OBJETO - INDEFERIMENTO DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DA OBRA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que a presente investigação perdeu seu objeto, tendo em vista o indeferimento de licença de instalação do projeto de miniusina hidrelétrica, realizado pelo órgão ambiental competente. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001453-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE – APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO - NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS NOTICIADOS - RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA REALIZADO NA ESCOLA ESTADUAL AMÉLIO DE CARVALHO BAÍS QUE APONTA A BOA CONSERVAÇÃO DO PRÉDIO E MOBILIÁRIO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA QUE JÁ REQUEREU A REALIZAÇÃO DE PROJETOS DE INCÊNDIO E PÂNICO EM TODAS AS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DO ESTADO PARA A REGULARIZAÇÃO DOS ALVARÁS DO CORPO DE BOMBEIROS PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades noticiadas não foram comprovadas, uma vez que a escola visitada está com bom estado de conservação e higiene, além de mobiliário e computadores em quantidades suficientes para o atendimento dos alunos e professores. Ademais, já está em trâmite Ação Civil Pública que busca a revitalização das escolas estaduais, com a inclusão de projetos de prevenção de pânico e incêndio, visando a emissão dos alvarás faltantes. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001460-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE -APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO - NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS NOTICIADOS - RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA REALIZADO NA ESCOLA ESTADUAL DOLOR FERREIRA DE ANDRADE QUE APONTA A BOA CONSERVAÇÃO DO PRÉDIO E MOBILIÁRIO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA QUE JÁ REQUEREU A REALIZAÇÃO DE PROJETOS DE INCÊNDIO E PÂNICO EM TODAS AS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DO ESTADO PARA A REGULARIZAÇÃO DOS ALVARÁS DO CORPO DE BOMBEIROS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades noticiadas não foram comprovadas, uma vez que a escola visitada está com bom estado de conservação e higiene, além de mobiliário suficientes para o atendimento dos alunos e professores. Ademais, já está em trâmite Ação Civil Pública que busca a revitalização das escolas estaduais, com a inclusão de projetos de prevenção de pânico e incêndio, visando a emissão dos alvarás faltantes. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001493-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande/MS

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul



Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Retirado desta 1ª Sessão de Julgamento Virtual a pedido da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001579-7

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande/MS

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Retirado desta 1ª Sessão de Julgamento Virtual a pedido da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

8. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000090-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Valdecy Pereira da Costa

Assunto: Apurar eventuais nomeações de servidores públicos municipais para cargos em comissão denominado Chefe de Setor DGA-07, acima do quantitativo previsto na Lei Complementar nº 206/2018, de 05 de abril de 2018 e Lei Complementar nº 222/2019, de 24 de abril de 2019.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE CASSILÂNDIA - APURAR EVENTUAIS NOMEAÇÕES PARA CARGOS EM COMISSÃO ACIMA DO QUANTITATIVO PREVISTO EM LEI – IRREGULARIDADES SANADAS - EXONERAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS DISPONÍVEIS – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades anteriormente constatadas foram sanadas, visto que a Prefeitura de Cassilândia promoveu a exoneração de servidores para a regularização dos cargos em comissão ao número previsto na legislação vigente. Ademais, não restou evidenciado dolo ou má-fé na conduta, visto que por equívoco não houve a contabilização dos últimos servidores efetivos designados em funções de confiança. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

9. Inquérito Civil nº 06.2023.00000221-8

2ª Promotoria de Justiça Habitação e Urbanismo da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Ivinhema

Assunto: Apurar eventual omissão da Prefeitura Municipal de Ivinhema no desempenho de seu poder de polícia junto à fiscalização dos terrenos baldios no município.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE IVINHEMA - APURAR EVENTUAL OMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IVINHEMA NO DESEMPENHO DE SEU PODER DE POLÍCIA JUNTO A FISCALIZAÇÃO DE TERRENOS BALDIOS - RECOMENDAÇÃO ACATADA - IRREGULARIDADES SANADAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as irregularidades constatadas durante as investigações foram devidamente sanadas, mediante a realização de mutirão de limpeza e aplicação de multa e advertências aos proprietários de locais encontrados sujos e abandonados. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2022.00000689-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: Rogério Soares da Silva

Assunto: Apurar o transporte de madeira nativa sem a devida autorização (DOF).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BONITO – MEIO AMBIENTE – APURAR O TRANSPORTE DE MADEIRA NATIVA SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO (DOF) – RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL E ADMINISTRATIVA – TRANSAÇÃO PENAL – PERDIMENTO DA MADEIRA APREENDIDA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto o investigado foi responsabilizado no âmbito criminal e administrativo, com o requerimento de perdimento da madeira apreendida, conforme dispõe o art. 25 da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998). Sendo assim, constatou-se a inexistência de substrato fático-jurídico para manutenção do inquérito, tendo em vista o baixo potencial ofensivo, em decorrência do pequeno volume de madeira transportada irregularmente. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002489-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nioaque/MS

Assunto: Apurar a prática de improbidade administrativa envolvendo a Tomada de Preços nº 001/2013 da Prefeitura Municipal de Nioaque/MS, em que foi contratada a empresa Fixa Comunicação e Eventos Ltda.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE NIOAQUE – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR A PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ENVOLVENDO A TOMADA DE PREÇOS N. 001/2013 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE – SUSPEITA DE INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO – PRESCRIÇÃO DE EVENTUAL PRETENSÃO JUDICIAL – INEXISTÊNCIA DE ATO DOLOSO COM FIM ILÍCITO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito se justifica, porquanto os fatos investigados foram alcançados pela prescrição quinquenal, tornando improfícuo o ajuizamento de demanda judicial. Outrossim, em que pese o DAEX tenha verificado provável inexecução parcial do contrato, a investigação não comprovou a prática de ato doloso com fim ilícito que configure ato de improbidade administrativa, tampouco foi identificado ato ilícito causador de efetivo dano ao erário, uma vez que as inconsistências foram devidamente esclarecidas pelos investigados. Desse modo, esgotadas todas as diligências, inexistente fundamento para a propositura de ação civil, razão pela qual a promoção de arquivamento merece ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000624-6

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: apurar e individualizar os danos ambientais decorrente da instalação irregular de rancho pesqueiro denominado “Rancho Câmara”, localizado S 22°24'30.7" e W 054°35'54.4", às margens do Rio Dourados e do Rancho Dourado (antiga Fazenda Mafra), no Município de Dourados/MS.

INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE DOURADOS – MEIO AMBIENTE – APURAR E INDIVIDUALIZAR OS DANOS AMBIENTAIS DECORRENTE DA INSTALAÇÃO IRREGULAR DE RANCHO PESQUEIRO DENOMINADO “RANCHO CÂMARA” – EDIFICAÇÃO EM ILHA FLUVIAL – FORA DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – CONSTRUÇÃO ANTERIOR AO ANO DE 2008 – ÁREA CONSOLIDADA – AUSÊNCIA DE EXPLORAÇÃO OU DEGRADAÇÃO AMBIENTAL CONTEMPORÂNEA – DANO AMBIENTAL NÃO VERIFICADO – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, porquanto a investigação não identificou dano ambiental passível de reparação. O órgão ambiental informou que a ilha fluvial não é considerada área de preservação permanente e a construção foi realizada antes do ano de 2008, tratando-se de área consolidada. Sendo assim, inexistindo exploração ou degradação ambiental contemporânea, não há justa causa para manutenção do inquérito. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001450-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual 26 de Agosto, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – E. E. 26 DE AGOSTO – OBJETO GENÉRICO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – ACORDO EM PROCESSO ESTRUTURAL – COMPROMISSO DE ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS ESTADUAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto inexistente fundamento para propositura de ação civil pública, tampouco justa causa para manutenção das investigações. O inquérito civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos probatórios, dificultando a perquirição. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada contra o Estado de Mato Grosso do Sul, em que foi realizada composição para apresentação de cronograma de revitalização das unidades educacionais estaduais. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001456-5

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Arlindo de Andrade Gomes, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – E. E. ARLINDO DE ANDRADE GOMES – OBJETO GENÉRICO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – ACORDO EM PROCESSO ESTRUTURAL – COMPROMISSO DE ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS ESTADUAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto inexistente fundamento para propositura de ação civil pública, tampouco justa causa para manutenção das investigações. O inquérito civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos probatórios, dificultando a perquirição. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada contra o Estado de Mato Grosso do Sul, em que foi realizada composição para apresentação de cronograma de revitalização das unidades educacionais estaduais. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001459-8

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Coração de Maria, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – E. E. CORAÇÃO DE MARIA – OBJETO GENÉRICO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – ACORDO EM PROCESSO ESTRUTURAL – COMPROMISSO DE ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS



ESTADUAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto inexistente fundamento para propositura de ação civil pública, tampouco justa causa para manutenção das investigações. O inquérito civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos probatórios, dificultando a perquirição. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada contra o Estado de Mato Grosso do Sul, em que foi realizada composição para apresentação de cronograma de revitalização das unidades educacionais estaduais. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001462-1

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: | averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Dr. Arthur de Vasconcellos Dias, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – E. E. ARTHUR DE VASCONCELLOS DIAS – OBJETO GENÉRICO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – ACORDO EM PROCESSO ESTRUTURAL – COMPROMISSO DE ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS ESTADUAIS –

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto inexistente fundamento para propositura de ação civil pública, tampouco justa causa para manutenção das investigações. O inquérito civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada contra o Estado de Mato Grosso do Sul, em que foi realizada composição para apresentação de cronograma de revitalização das unidades educacionais estaduais. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001519-7

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Profª Fausta Garcia Bueno, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Ementa: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – E. E. PROFª FAUSTA GARCIA BUENO – OBJETO GENÉRICO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – ACORDO EM PROCESSO ESTRUTURAL – COMPROMISSO DE ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS ESTADUAIS –

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto inexistente fundamento para propositura de ação civil pública, tampouco justa causa para manutenção das investigações. O inquérito civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada contra o Estado de Mato Grosso do Sul, em que foi realizada composição para apresentação de cronograma de revitalização das unidades educacionais estaduais. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da



Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001521-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Profª Izaura Higa, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – E. E. PROFª IZAURA HIGA – OBJETO GENÉRICO – AUSÊNCIA DE JUSTA

CAUSA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – ACORDO EM PROCESSO ESTRUTURAL – COMPROMISSO DE ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS ESTADUAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto inexistente fundamento para propositura de ação civil pública, tampouco justa causa para manutenção das investigações. O inquérito civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada contra o Estado de Mato Grosso do Sul, em que foi realizada composição para apresentação de cronograma de revitalização das unidades educacionais estaduais. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001568-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Sebastião Santana de Oliveira, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – E. E. SEBASTIÃO SANTANA DE OLIVEIRA – OBJETO GENÉRICO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – ACORDO EM PROCESSO ESTRUTURAL – COMPROMISSO DE ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS ESTADUAIS –

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto inexistente fundamento para propositura de ação civil pública, tampouco justa causa para manutenção das investigações. O inquérito civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos probatórios, dificultando a perquirição. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada contra o Estado de Mato Grosso do Sul, em que foi realizada composição para apresentação de cronograma de revitalização das unidades educacionais estaduais. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001578-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Vespasiano Martins, visando garantir a



integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – E. E. VESPASIANO MARTINS – OBJETO GENÉRICO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – ACORDO EM PROCESSO ESTRUTURAL – COMPROMISSO DE ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS ESTADUAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto inexistente fundamento para propositura de ação civil pública, tampouco justa causa para manutenção das investigações. O inquérito civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada contra o Estado de Mato Grosso do Sul, em que foi realizada composição para apresentação de cronograma de revitalização das unidades educacionais estaduais. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

12. Inquérito Civil nº 06.2022.00001533-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Uesley Rodrigo de Assis Cardoso Lima

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente da existência de semoventes de origem desconhecida em área de reserva legal da Fazenda São Francisco, nesta urbe.

INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE TRÊS LAGOAS – MEIO AMBIENTE – APURAR DANO AMBIENTAL DECORRENTE DA EXISTÊNCIA DE SEMOVENTES DE ORIGEM DESCONHECIDA EM ÁREA DE RESERVA LEGAL DA FAZENDA SÃO FRANCISCO – IRREGULARIDADE VERIFICADA E SANADA – VISTORIA PELO IAGRO – ANIMAIS RETIRADOS – PASTAGEM SEM SINAIS DE INTERVENÇÃO RECENTE – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE

ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, porquanto a irregularidade anteriormente verificada foi devidamente sanada. Após a realização de vistoria in loco pelo IAGRO, apurou-se que os animais foram retirados, não tendo sido constatado qualquer sinal de intervenção recente nas pastagens. À vista desse cenário, diante da perda do objeto da investigação, a promoção de arquivamento merece ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

2.2.8. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000572-1

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Bonito

Assunto: Apurar irregularidades decorrentes do número insuficiente de vagas disponíveis nos Centros de Educação Infantil do município de Bonito/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR IRREGULARIDADES DECORRENTES DO NÚMERO INSUFICIENTE DE VAGAS DISPONÍVEIS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE BONITO/MS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com o compromissário, o qual se comprometeu a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 533/537; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2023.00008802-9 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2019 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

**2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000967-6**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Ercio José Posselt, Osmar Rodrigues Caires

Assunto: Apurar a regularidade ambiental da Suinocultura "Unidade de Crechário de Leitões Nossa Senhora de Fátima", localizada na Travessa Lagoa, KM 17, margem direita, Guassu, Zona Rural de Dourados/MS, de propriedade de Ercio José Posselt.

Advogada: Camila Gabrieli Rodrigues Caires – OAB/MS nº 25.621.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A REGULARIDADE AMBIENTAL DA SUINOCULTURA "UNIDADE DE CRECHÁRIO DE LEITÕES NOSSA SENHORA DE FÁTIMA", LOCALIZADA NA TRAVESSA LAGOA, KM 17, MARGEM DIREITA, GUASSU, ZONA RURAL DE DOURADOS/MS, DE PROPRIEDADE DE ERCIO JOSÉ POSSELT – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E DEVIDAMENTE SANADAS – LICENÇA DE OPERAÇÃO DO EMPREENDIMENTO- ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou ajuizamento de ação; 2. Verifica-se que o proprietário do local adotou as providências necessárias à correção das irregularidades inicialmente noticiadas, especialmente ante a renovação da licença ambiental, emissão de portaria de outorga, implantação de cortina arbórea e a comprovação da regularidade da fertirrigação, não remanescendo lesão aos interesses ou direitos tutelados pelo Parquet; 3. Nesse eito, considerando que cessada a continuidade do ilícito, não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que foram adotadas todas as providências necessárias e indicadas pelos órgãos ambientais fiscalizadores;

4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000730-9

32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Hospital Santa Casa, Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande

Assunto: Apuração de eventuais irregularidades na transferência de paciente particular/convênio, para realização de cirurgia de alta complexidade pelo SUS sem custo à rede privada, praticadas pelo Hospital Santa Casa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAÇÃO DE EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA TRANSFERÊNCIA DE PACIENTE PARTICULAR/CONVÊNIO, PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE ALTA COMPLEXIDADE PELO SUS SEM CUSTO À REDE PRIVADA, PRATICADAS PELO HOSPITAL SANTA CASA – IRREGULARIDADE CONSTATADA E SANADA – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas a contento, sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. Compulsando os autos, verifica-se que a intervenção do *Parquet* deflagrou Auditoria pela Secretaria Municipal de Saúde, a qual penalizou o Hospital Santa Casa através da imposição de multa, conforme Nota Fiscal Eletrônica de fl 207, bem como expediu Recomendação ao estabelecimento hospitalar em questão, contendo orientações para melhor desempenho das atividades naquele nosocômio; 3. Ademais, foram remetidas cópias dos autos às autoridades respectivas para apuração dos fatos no âmbito do Patrimônio Público e também da seara penal, de modo que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que foram adotadas as medidas cabíveis à resolução da irregularidade inicialmente apontada; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

4. Inquérito Civil nº 06.2023.00000025-3

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Ewerton Araújo de Oliveira



Assunto: Apurar a poluição sonora e ausência de licença ou autorização ambiental para funcionamento, pelo estabelecimento "Quintal do Samba", em Campo Grande-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A POLUIÇÃO SONORA E AUSÊNCIA DE LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA FUNCIONAMENTO, PELO ESTABELECIMENTO "QUINTAL DO SAMBA", EM CAMPO GRANDE-MS – ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO ESTABELECIMENTO REQUERIDO – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Da análise dos autos conclui-se ter havido a perda do objeto da presente investigação, tendo em vista o encerramento das atividades do estabelecimento comercial requerido; 2. Ademais, não aportaram nos autos novas denúncias ou notícia de reiteração dos problemas inicialmente apontados, razão pela qual não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

5. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00006686-8

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Recorrente: Anônimo

Recorrido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar ato de improbidade administrativa supostamente praticado por Igor Canazilles, consistente na participação em seleção de projetos culturais realizada pela Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, e que teria dívida fiscal (IPTU) com o município de Campo Grande/MS.

EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO – APURAR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SUPOSTAMENTE PRATICADO POR PARTICULAR, CONSISTENTE NA PARTICIPAÇÃO EM SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS REALIZADA PELA FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL, E QUE TERIA DÍVIDA FISCAL (IPTU) COM O MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS – NÃO CONSTATAÇÃO DE CONDUTA CONFIGURADORA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – INOCORRÊNCIA DO ALEGADO DESCUMPRIMENTO DOS TERMOS DO EDITAL – NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. 1. Analisando os autos, verifica-se que o recurso interposto não deve ser provido, tendo em vista que não foram apresentados indícios mínimos capazes de demonstrar a prática de improbidade administrativa pelo recorrido; 2. No mesmo sentido, trata-se o recorrido de particular, não havendo indícios que demonstrem a prática de conduta ímproba dolosa em concurso com agente público, de modo que, conforme pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça, não é possível o ajuizamento de ação de improbidade administrativa exclusivamente em face de particular, como é o caso dos autos; 3. Ademais, da análise dos documentos acostados, não se verifica tratar-se de disputa em processo licitatório, mas somente a seleção de projetos culturais pela Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, que visa a contemplar a produção cultural sul-mato-grossense, não restando configurado violação ao Edital, não havendo se falar em afronta à Lei n. 14.133/21; 5. Não provimento do recurso.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo não provimento do recurso interposto e pela consequente homologação da promoção de arquivamento da Notícia de Fato nº 01.2023.00006686-8, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

2.2.9. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000385-9

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alcino Dias Campos

Assunto: Apurar notícia indicativa de eventual dano ambiental ocorrido na Fazenda Caçula, localizada no entorno da lagoa da Eletrosul, em Dourados/MS, de propriedade do Sr. Alcino Dias Campos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR NOTÍCIA INDICATIVA DE EVENTUAL DANO AMBIENTAL OCORRIDO NA FAZENDA CAÇULA, LOCALIZADA NO ENTORNO DA LAGOA DA ELETROSUL, EM DOURADOS/MS, DE PROPRIEDADE DO SR. ALCINO DIAS CAMPOS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS. FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DA INVESTIGAÇÃO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. No decorrer da investigação, verificou-se que houve a regularização ambiental do imóvel consistente na recomposição da APP da lagoa e regularização da Reserva Legal da propriedade através de Compensação por Cota de Reserva Ambiental Estadual – CRAE, a retificação



do CAR e a adequação do PRADA. 2. Assim, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do Inquérito Civil foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000058-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Otília Boeira

Assunto: Apurar o desmatamento de 77,84 hectares de vegetação nativa, divididas em 5 áreas, na Fazenda Ceita Corê.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR O DESMATAMENTO DE 77,84 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, DIVIDIDAS EM 5 ÁREAS, NA FAZENDA CEITA CORÊ. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011115-8 (fl. 320) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001092-8

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Rogério Yuri Farias Kintschev, Leandro Bazzo Furtado, Upiran Jorge Gonçalves da Silva e Residencial Dourados Empreendimentos Imobiliários

Assunto: Apurar notícia indicativa de atos de improbidade administrativa em razão das conclusões apontadas na Sindicância Administrativa nº 2.055/2017, do Município de Dourados/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR NOTÍCIA INDICATIVA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM RAZÃO DAS CONCLUSÕES APONTADAS NA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA Nº 2.055/2017, DO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. RESPONSABILIZAÇÃO DOS REQUERIDOS ROGÉRIO YURI FARIAS KINTSCHEV, LEANDRO BAZZO FURTADO E RESIDENCIAL DOURADOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA COM RELAÇÃO AO REQUERIDO UPIRAN JORGE GONÇALVES DA SILVA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Concluídas as investigações, verificou-se que as medidas levadas a efeito pelo órgão de execução foram suficientes para garantir a responsabilização dos envolvidos Rogério Yuri Farias Kintschev, Leandro Bazzo Furtado e Residencial Dourados Empreendimentos Imobiliários, assim como afastar a incidência de Upiran Jorge Gonçalves da Silva na prática dolosa de ato de improbidade administrativa, não remanescendo fato que justifique nova intervenção ministerial. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001451-3

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: MNW Bar e Choperia Ltda.

Assunto: Apurar violação às normas urbanísticas e ambientais de estabelecimento comercial tipo bar denominado Bar e Lanchonete Bahrein.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR VIOLAÇÃO ÀS NORMAS URBANÍSTICAS E AMBIENTAIS DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL TIPO BAR DENOMINADO BAR E LANCHONETE BAHREIN. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que, após intensa mobilização por parte do órgão de execução ministerial, a tutela administrativa no presente caso foi capaz de cessar o ilícito ambiental existente, bem como direcionar a regularização urbanística do empreendimento.



2. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil

pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00001232-6

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Águas Guariroba S/A

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais causados pelo extravasamento da Estação Elevatória de Esgoto Alphaville, bem como as medidas tecnicamente adequadas para resolver o problema.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAIS DANOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO EXTRAVASAMENTO DA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO ALPHAVILLE, BEM COMO AS MEDIDAS TECNICAMENTE ADEQUADAS PARA RESOLVER O PROBLEMA. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011786-3 (fl. 339) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000357-5

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Big Festas

Assunto: Apurar a licitude de concessão de alvará e autorização especial de funcionamento para a empresa Big Festas, o que pode estar gerando a prática de perturbação de sossego.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A LICITUDE DE CONCESSÃO DE ALVARÁ E AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO PARA A EMPRESA BIG FESTAS, O QUE PODE ESTAR GERANDO A PRÁTICA DE PERTURBAÇÃO DE SOSSEGO. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que o empreendimento requerido apresentou os documentos necessários à sua operação, bem como que os órgãos emissores demonstraram o preenchimento dos requisitos necessários à sua obtenção. Além disso, não há prova cabal de que o incômodo produzido pelo estabelecimento comprometa a coletividade, a ponto de justificar a atuação ministerial. 2. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

7. Inquérito Civil nº 06.2021.00001420-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Tania Bernardes de Oliveira Melo

Assunto: Apurar desmatamento de 1,79 hectares em área declarada como reserva legal e área consolidada, na Fazenda Pirizal, Estância Karina, Pontal e São José, em Rio Negro-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 125/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR DESMATAMENTO DE 1,79 HECTARES EM ÁREA DECLARADA COMO RESERVA LEGAL E ÁREA CONSOLIDADA, NA FAZENDA PIRIZAL, ESTÂNCIA KARINA, PONTAL E SÃO JOSÉ, EM RIO NEGRO-MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME LAUDO TÉCNICO N. 125/21/NUGEO (PROGRAMA DNA AMBIENTAL). RETORNO DE



DILIGÊNCIA. DILIGÊNCIA CUMPRIDA. RETIFICAÇÃO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi retificado o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com a requerida, estando em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39, da Resolução nº 15/2007- PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002291-4 (fl. 164) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00000632-1

32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública

Assunto: Apurar se a Unidade de Saúde da Família (USF Aero Itália) Dr. Herbert Rebelo Calado, localizada no Bairro Jardim Itália, em Campo Grande/MS, possui estrutura física e tecnológica, recursos humanos, materiais e insumos para atender às necessidades de saúde da população.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR SE A UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA (USF AERO ITÁLIA) DR. HERBERT REBELO CALADO, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM ITÁLIA, EM CAMPO GRANDE/MS, POSSUI ESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA, RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E INSUMOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Da análise dos autos, verifica-se que, após provocação do órgão de execução e diversas diligências, a maior parte das pendências estruturais constatadas na Unidade já se encontram regularizadas, à exceção da revitalização predial, para a qual é necessário que o processo se conclua nas demais unidades em que já está em andamento, bem como da compra dos medicamentos em falta, a qual é apurada no Inquérito Civil nº 06.2022.00000910-7. 2. Dessa forma, verifica-se que inexistem, no momento, razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001201-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade/ilegalidade em certame licitatório realizado pelo Município de Nova Andradina para adquirir caixas de bombons para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social – Contrato nº 54/2022.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE/ILEGALIDADE EM CERTAME LICITATÓRIO REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA PARA ADQUIRIR CAIXAS DE BOMBONS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CONTRATO Nº 54/2022. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Da análise dos autos, verifica-se que não é possível concluir pela irregularidade ou existência de elementos comprobatórios de atos de improbidade administrativa. 2. Inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação judicial, o arquivamento do feito é medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001454-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul



Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Antônio Delfino Pereira e Centro Cultural de Educação Tia Eva visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino para tanto promove a coleta de informações, documentos, depoimentos certidões e demais diligências indispensáveis à apuração dos fatos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, NO PRESENTE CASO DA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO DELFINO PEREIRA E CENTRO CULTURAL DE EDUCAÇÃO TIA EVA VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO PARA TANTO PROMOVE A COLETA DE INFORMAÇÕES, DOCUMENTOS, DEPOIMENTOS CERTIDÕES E DEMAIS DILIGÊNCIAS INDISPENSÁVEIS À APURAÇÃO DOS FATOS. OBJETO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verificou-se que o presente Inquérito Civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. 2. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada contra o Estado de Mato Grosso do Sul, visando a regularidade documental das escolas integrantes da rede estadual de ensino situadas no Município de Campo Grande/MS, especialmente no que tange ao alvará do Corpo de Bombeiros. 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001483-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Professor Henrique Cyrillo Corrêa visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino para tanto promove a coleta de informações, documentos, depoimentos certidões e demais diligências indispensáveis à apuração dos fatos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, NO PRESENTE CASO DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR HENRIQUE CIRYLLO CORRÊA VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO PARA TANTO PROMOVE A COLETA DE INFORMAÇÕES, DOCUMENTOS, DEPOIMENTOS CERTIDÕES E DEMAIS DILIGÊNCIAS INDISPENSÁVEIS À APURAÇÃO DOS FATOS. OBJETO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verificou-se que o presente Inquérito Civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. 2. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada contra o Estado de Mato Grosso do Sul, visando a regularidade documental das escolas integrantes da rede estadual de ensino situadas no Município de Campo Grande/MS, especialmente no que tange ao alvará do Corpo de Bombeiros. 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

12. Inquérito Civil nº 06.2022.00001494-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas



da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Maestro Frederico Liebermann visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino para tanto promove a coleta de informações, documentos, depoimentos certidões e demais diligências indispensáveis à apuração dos fatos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, NO PRESENTE CASO DA ESCOLA ESTADUAL MAESTRO FREDERICO LIEBERMANN VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO PARA TANTO PROMOVE A COLETA DE INFORMAÇÕES, DOCUMENTOS, DEPOIMENTOS CERTIDÕES E DEMAIS DILIGÊNCIAS INDISPENSÁVEIS À APURAÇÃO DOS FATOS. OBJETO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verificou-se que o presente Inquérito Civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. 2. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada contra o Estado de Mato Grosso do Sul, visando a regularidade documental das escolas integrantes da rede estadual de ensino situadas no Município de Campo Grande/MS, especialmente no que tange ao alvará do Corpo de Bombeiros. 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. **VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.**

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

13. Inquérito Civil nº 06.2022.00001497-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Marçal de Souza Tupã-Y visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino para tanto promove a coleta de informações, documentos, depoimentos certidões e demais diligências indispensáveis à apuração dos fatos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, NO PRESENTE CASO DA ESCOLA ESTADUAL MARÇAL DE SOUZA TUPÃ-Y VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO PARA TANTO PROMOVE A COLETA DE INFORMAÇÕES, DOCUMENTOS, DEPOIMENTOS CERTIDÕES E DEMAIS DILIGÊNCIAS INDISPENSÁVEIS À APURAÇÃO DOS FATOS. OBJETO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verificou-se que o presente Inquérito Civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. 2. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada contra o Estado de Mato Grosso do Sul, visando a regularidade documental das escolas integrantes da rede estadual de ensino situadas no Município de Campo Grande/MS, especialmente no que tange ao alvará do Corpo de Bombeiros. 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. **VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.**

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

Campo Grande, 31 de janeiro de 2024

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

**ESCOLA SUPERIOR****INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2024/ESMP-MS, DE 31 DE JANEIRO DE 2024.**

Dispõe sobre o procedimento de emissão de certificados oriundos de eventos desenvolvidos pela ESMP-MS e revoga a Instrução Normativa nº 1/2022/ESMP-MS, de 11 de janeiro de 2022.

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL, ESMP-MS, no uso de suas atribuições legais e com base na Resolução nº 15/2017-PGJ, de 5 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído, por meio desta Instrução Normativa, o procedimento de emissão de certificados a membros, servidores, estagiários e residentes do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, MPMS, na condição de alunos, em razão de participação em cursos, palestras, capacitações e outros eventos oferecidos pela ESMP-MS.

Art. 2º Os interessados nas atividades desenvolvidas pela ESMP-MS:

I - em modalidade de educação a distância (EaD) com gravação já feita terão, a partir da divulgação do curso, palestra, evento ou capacitação:

- a) 3 (três) meses para se inscrever;
- b) 6 (seis) meses para concluir as atividades e emitir seu respectivo certificado;

II – em modalidade presencial e/ou via transmissão ao vivo terão:

- a) até a data de realização para se inscrever;
- b) 6 (seis) meses, a partir da data de realização, para concluir as atividades e emitir seu respectivo certificado.

§ 1º A emissão do certificado de participação e/ou conclusão de cursos, palestras, capacitações e outros eventos promovidos pela ESMP-MS deverá ser efetuada por membro, servidor, estagiário ou residente diretamente na plataforma digital, após o preenchimento de questionário elaborado pelo respectivo professor ou responsável.

§ 2º Os certificados deverão ser emitidos conforme os prazos descritos neste artigo, sob pena de indisponibilidade do documento na plataforma digital.

§ 3º Após o desenvolvimento das atividades realizadas, estará disponível avaliação de satisfação, cujo preenchimento é facultativo.

Art. 3º A responsabilidade pela emissão e pelo encaminhamento do certificado para fins de anotação na ficha funcional é exclusiva do aluno.

Art. 4º Os casos omissos e especiais serão solucionados pelo Diretor-Geral da ESMP-MS.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Instrução Normativa nº 1/2022/ESMP-MS, de 11 de janeiro de 2022.

Campo Grande, 31 de janeiro de 2024.

FABIO IANNI GOLDFINGER

Promotor de Justiça

Diretor-Geral da ESMP-MS

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2024NE000420 DE 30.01.2024 DO PROCESSO 09.2024.00000809-3**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Diluz Comércio de Materiais Elétricos Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 03/PGJ/2023 - Pregão Eletrônico nº 28/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 15.270,00 (quinze mil duzentos e setenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000420 de 30.01.2024.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº 2024NE000423 DE 30.01.2024 DO PROCESSO Nº 09.2024.00000692-9

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Malu Distribuidora e Representações Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 007/PGJ/2023 – Pregão Eletrônico nº 16/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição ferramentas para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 4.875,00 (quatro mil oitocentos e setenta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000423 de 30.01.2024.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº 2024NE000422 DE 30.01.2024 DO PROCESSO Nº 09.2024.00000692-9

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Malu Distribuidora e Representações Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 007/PGJ/2023 – Pregão Eletrônico nº 16/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição ferramentas para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 9.900,00 (nove mil novecentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000422 de 30.01.2024.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.



EXTRATO DO TERMO DE ADESAO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 5/2023/MJSP/MM CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA E O MINISTÉRIO DAS MULHERES.

Processo nº 09.2024.00000646-2

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;
- 2- **UNIÃO**, por intermédio do **Ministério da Justiça e Segurança Pública**, representado pelo Ministro de Estado, **Flávio Dino de Castro e Costa**, e do **Ministério das Mulheres**, representado pela Ministra de Estado, **Aparecida Gonçalves**;
- 3- **GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado pelo Governador **Eduardo Corrêa Riedel**;
- 4- **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado pelo Desembargador Presidente, **Sérgio Fernandes Martins**;
- 5- **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representada pelo Defensor Público-Geral, **Pedro Paulo Gasparini**;
- 6- **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**, representada pelo Prefeito, **Alan Aquino Guedes de Mendonça**;

Amparo legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e a legislação correlacionada a política pública, contratos e licitações e suas alterações.

Objeto: Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 5/2023/MJSP/MM, celebrado entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério das Mulheres, que tem por finalidade articular a construção e equipagem de unidades da Casa da Mulher Brasileira.

Vigência: 26.01.2024 a 30.12.2026.

Data da assinatura: 25 de janeiro de 2024.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL

CAMPO GRANDE

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 12ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica aos investigados a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0032986-28.2022.8.12.0001, em que constam como investigados Kayron Fernandes da Conceição e João César Costa Alves e vítima o Estado, conforme se transcreve: “Sendo assim, tendo em vista a atipicidade do fato e ausência de dolo do delito em análise, o arquivamento é medida que se impõe”.

Campo Grande/MS 31 de janeiro de 2024.

RODRIGO YSHIDA BRANDÃO

Promotor de Justiça

¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**EDITAL Nº 0006/2024/34PJ/CGR**

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2023.00010644-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Imobiliária e agropecuária Jereissati S/A

Objeto(s): Acompanhar e fiscalizar as obrigações do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2021.00000112-2.

Campo Grande, 30 de janeiro de 2024

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0007/2024/34PJ/CGR

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2023.00010956-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Odilza Rezende do Amaral, Davio Coelho do Amaral

Objeto(s): Fiscalizar as obrigações do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2022.00000691-0.

Campo Grande, 30 de janeiro de 2024

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0008/2024/34PJ/CGR

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2023.00011786-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Águas Guariroba S/A

Objeto(s): Fiscalizar as obrigações do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2020.00001232-6.

Campo Grande, 30 de janeiro de 2024

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0009/2024/34PJ/CGR**

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2023.00012889-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: VBC Engenharia Ltda.

Objeto(s): Fiscalizar as obrigações do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00002425-1.

Campo Grande, 30 de janeiro de 2024

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0006/2024/61PJ/CGR

A 61ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2021.00190255-6 em que constam como investigado Juarez de Deus Alves e vítimas Gilza Soares Lopes, Judevan Martins da Silva e Ricardo Sampaio Martins Ametlla, conforme se transcreve: “foi confirmado o óbito do suposto autor. Dessa forma, de acordo com o art. 107, inc. I, do Código Penal, a punibilidade deve ser extinta”.

Campo Grande/MS, 30 de janeiro de 2024

SÍLVIO AMARAL NOGUEIRA DE LIMA

Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0007/2024/61PJ/CGR

A 61ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2023.00210894-5 em que constam como investigado A Apurar e vítima Elson Tharles Silva De Oliveira, conforme se transcreve: “não há indícios mínimos da prática do crime de furto e tampouco de sua autoria, bem como não houve representação da vítima quanto aos crimes de lesão corporal e ameaça, cujo prazo decadencial ainda não se findou, de modo que promove-se o arquivamento do presente inquérito policial quanto aos crimes de furto, bem como aguarda o decurso do prazo decadencial quanto aos crimes de ação penal pública condicionadas à representação”.

Campo Grande/MS, 30 de janeiro de 2024

SÍLVIO AMARAL NOGUEIRA DE LIMA

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0008/2024/66PJ/CGR**

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2023.00084194-2 em que constam como investigado Roberto Justino Girata e vítima Brunah Alessandra Souza Amaroconforme se transcreve: “diante da insuficiência de elementos a sustentarem a peça acusatória”

Campo Grande/MS, 30 de janeiro de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0009/2024/66PJ/CGR

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00002338-3 em que constam como investigado Wesley Avner Garcia de Jesus e vítima Thais De Cassia Mendes Silvaconforme se transcreve: “pois ante a insuficiência de provas”

Campo Grande/MS, 31 de janeiro de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

AMAMBAI

EDITAL Nº 0003/2024/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, assinado em 30/01/2024, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 2ª Promotoria de Justiça de Amambai e o Município de Amambai, representado por seu Prefeito Municipal, Edinaldo Luiz de Melo Bandeira, referente à regularização fundiária urbana no prolongamento da Rua Sete de Setembro, Vila Cristina, em Amambai-MS, no bojo do Inquérito Civil:06.2018.00002567-2, a disposição para consulta na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Amambai (MS), 31 de janeiro de 2024.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA
Promotora de Justiça

TÍTULO I – DAS PARTES

COMPROMITENTE: O Ministério Público Estadual, neste ato representado pelo Exma. Srª. Promotora de



Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira, titular da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Amambai/MS.

COMPROMISSÁRIO: MUNICÍPIO DE AMAMBAI, CNPJ 03568433-0001/36, situado na Rua Sete de Setembro, 3244, Centro, em Amambai-MS, representado por seu Prefeito Municipal, Edinaldo Luís Melo Bandeira, CPF n. 663.061.161-68, divorciado, filho de Olímpio Cristaldo Bandeira e Brandina de Melo Bandeira, residente na Rua José Alves Cavalheiro, n. 3992, Bairro Alvorada, em Amambai-MS;

TÍTULO II - DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

O presente compromisso de ajustamento de conduta visa estabelecer ações e procedimentos necessários à regularização fundiária urbana no prolongamento da Rua Sete de Setembro, Vila Cristina, em Amambai-MS, de acordo com os termos e as diretrizes estatuídas pela Constituição Federal, Lei Federal nº 6766/79 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano), Lei Federal nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade), Lei Federal nº 13.465, de 11 de Julho de 2017 (Lei da regularização fundiária rural e urbana), além de outras normas infraconstitucionais e provimentos acerca da matéria.

CASSILÂNDIA

EDITAL Nº 0004/2024/02PJ/CLA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000669-5, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000669-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Kennio Barbosa Macedo e Keila Rosa Barbosa Macedo

Assunto: Fiscalizar o cumprimento das cláusulas e condições entabuladas no acordo submetido a homologação judicial no bojo do Inquérito Civil n.º 06.2022.00000804-1, para posteriores providências, na forma da lei.

Cassilândia-MS, 29 de janeiro de 2024

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça em substituição legal



CHAPADÃO DO SUL

N. DO MP: 06.2019.00001546-7**EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadão do Sul/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta TAC no Inquérito Civil nº 06.2019.00001546-7, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 435, Parque União, neste Município, e cujos autos também podem ser acessados via Internet, no endereço <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001546-7

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Compromissário: Érica Hildegard Duch Illich.

Objeto: Apurar o desmatamento de 14,66 hectares de vegetação nativa, em área de vegetação ciliar aluvial na propriedade rural Fazenda Pioneira (CARMS0025179) no município de Chapadão do Sul, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme parecer nº 423/19/NUGeo – Programa DNA Ambiental 2016/2017.

Conteúdo do TAC: [...] “A título de indenização ambiental o compromissário compromete-se a doar a soma de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ao Inovagri-Centro Oeste (Agência 3066X, Conta corrente 33004-3, Banco do Brasil, CNPJ 42.435.182.0001-73), entidade cadastrada como beneficiária de TAC, a ser utilizada em atividades tendentes à preservação do meio ambiente, a ser quitada em parcela única a ser paga até o dia 15 (quinze) do mês subsequente à celebração deste instrumento.” [...]

Data de celebração do TAC: 17 de janeiro de 2024.

Chapadão do Sul/MS, 31 de janeiro de 2024

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA

Promotor de Justiça

RIO VERDE DE MATO GROSSO

EDITAL Nº 0001/2024/PJ/RVG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 180, Bairro Nhecolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000728-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Verde de Mato Grosso

Assunto: Apurar eventual irregularidade na aplicação dos recursos destinados pelo Rio Verde de Mato Grosso/MS à Escolinha 2 Irmãos Esporte Clube.

Rio Verde de Mato Grosso MS, 30 de janeiro de 2024.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça